



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PDL 89 /2015 '2015**

**(Do Senhor Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN)**

**Homologa o Convênio ICMS nº. 102,  
de 02 de outubro de 2015, do  
Conselho Nacional de Política  
Fazendária - CONFAZ.**

LIDO  
em 10, 11, 15  
M  
Câmara Legislativa

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:**

**Art. 1º** Fica homologado o Convênio ICMS nº. 102, de 02 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na sua 158ª Reunião Ordinária, realizada em Florianópolis - SC, no dia 02 de outubro de 2015, celebrou a alteração do inciso IV da cláusula sexta do Convênio ICMS 38/01, de 6 de julho de 2001, que concede isenção do ICMS às operações internas e interestaduais com automóveis de passageiros, para utilização como táxi.

Ressalta-se ainda que a Lei nº. 5.514, de 03 de agosto de 2015 (LDO/2016) já contemplam a renúncia de receita tributária em razão do convênio supracitado para o exercício corrente e os 3 (três) exercícios subsequentes.

Assim e com esteio no art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, roga-se o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

Deputado **RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**  
Autor



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO PDL 90 /2015 /2015  
(Do Senhor Deputado RODRIGO DELMASSO - PTN)**

> SETAS - 000063 <

L I D O  
Em. 10/11/15  
*[Signature]*  
Secretaria Legislativa

**Homologa o Convênio ICMS nº. 125,  
de 16 de outubro de 2015, do  
Conselho Nacional de Política  
Fazendária - CONFAZ.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:**

**Art. 1º** Fica homologado o Convênio ICMS nº. 125, de 16 de outubro de 2015, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

*11/10/2015*

**JUSTIFICAÇÃO**

O Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, na sua 250ª Reunião Extraordinária, realizada em Brasília - DF, no dia 16 de outubro de 2015, celebrou a alteração da redação dos incisos I e II do § 17 da cláusula segunda do Convênio ICMS 11/09, de 3 de abril de 2009, que autoriza os Estados do Acre, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins e o Distrito Federal a dispensar ou reduzir juros e multas mediante parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica. ∅



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**



Ressalta-se ainda que a Lei nº. 5.514, de 03 de agosto de 2015 (LDO/2016) já contemplam a renúncia de receita tributária em razão do convênio supracitado para o exercício corrente e os 3 (três) exercícios subsequentes.

Assim e com esteio no art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, roga-se o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

Deputado **RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**  
**Autor**

> SETAB - 000064 <



&gt; SETAS - 000065 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado ROOSEVELT VILELA - PSB****INDICAÇÃO IND 5968 / 2015 2015****(Do Sr. Deputado Roosevelt Vilela)**

LIDO  
Em, 10/11/15  
  
Secretária Legislativa

**Sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal ampliar o projeto de bibliotecas nas paradas de ônibus da Ceilândia Sul.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Distrito Federal **ampliar o projeto de bibliotecas nas paradas da cidade satélite Ceilândia Sul, para atender à demanda da população local.**

**JUSTIFICAÇÃO**

Devido à carência de bibliotecas públicas no Distrito Federal como um todo e na Ceilândia em particular, chegou a meu gabinete, por meio do líder comunitário Mauro César Bandeira de Oliveira, solicitação para que seja ampliado o projeto de bibliotecas nas paradas de ônibus de Ceilândia Sul, de modo a atender maior número de cidadãos moradores dessa Região Administrativa.

O objetivo da Indicação é fazer com que mais livros estejam ao alcance dos usuários do transporte público. Com isso, a parada de ônibus se transforma em uma estação cultural à disposição de todos de graça e sem burocracia. Além disso, o ir e vir de um local a outro fica mais educativo, mais tranquilo, mais divertido, mais cultural.

Nas pequenas bibliotecas, os livros podem ser lidos na parada ou, se o leitor-passageiro preferir, pode levar para casa e devolver quando quiser. Não custa mencionar que o idealizador do projeto, Luiz Amorim, filósofo autodidata e dono de açougue, começou a trabalhar a ideia quando, aos 16 anos, aprendeu a ler,

11/10/15



&gt; SETAS - 000066 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete do Deputado ROOSEVELT VILELA - PSB**

apaixonando-se por literatura. Há mais de cinco anos, ele vem espalhando estantes cheias de livros por Brasília – principalmente nos pontos de ônibus.

A exemplo do Projeto "Casa do Saber" promovido pela Rede Gasol, tendo como idealizador o Presidente da Rede, Senhor Antônio Mathias.

O Sucesso do Projeto Casa do Saber se dá em consequência as diversas parcerias que, objetivam ofertar o acesso ao conhecimento através da leitura, revitalizando ou criando bibliotecas em variados locais do DF onde haja deficiência de recursos.

E tem como premissa, o desenvolvimento e a inclusão social com a ampliação das oportunidades oferecidas aos indivíduos, de forma a torna-los mais participativos e independentes.

Assim, os idealizadores e parceiros do Projeto "Casa do Saber" conseguem êxito na transformação do quadro de desigualdade social, através do acesso aos livros e o estímulo a leitura.

Nesse cenário, a implantação de bibliotecas públicas nas paradas de ônibus tem chamado a atenção de jovens e de usuários do transporte público da Ceilândia, incentivando a leitura e a boa pratica da cidadania, pois os livros são expostos sem nenhum tipo de restrição, sem nenhuma burocracia.

O mandato deste Parlamentar, atento às demandas dos moradores da Ceilândia, apoia esta solicitação e, por isso mesmo, conclamo o apoio dos nobres pares para **APROVAR** a presente **INDICAÇÃO**, voltada à ampliação das bibliotecas nas paradas de ônibus em Ceilândia Sul.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

**Deputado Roosevelt Vilela****PSB**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras  
Assessoria jurídico-legislativa



INDICAÇÃO Nº IND 5969 /2015

(Deputado Professor Reginaldo Veras)

LIDO  
Em, 10.11.15  
*[Assinatura]*  
Secretaria Legislativa

> SETAS - 000067 <

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito – Detran – DF, providências visando a instalação de redutores de velocidade na avenida Via Leste - parte norte.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do Art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que, por intermédio do Departamento de Trânsito – Detran – DF, providências visando a instalação de redutores de velocidade na avenida Via Leste - parte norte.

### JUSTIFICAÇÃO

A proposição em tela visa reduzir a velocidade de veículos que transitam naquela localidade, uma vez que centenas de pessoas atravessam por dia a Via Leste - parte norte.

A indicação em tela é uma reivindicação dos comerciantes e moradores da região, visto que a alta velocidade dos veículos na via compromete a segurança dos pedestres que ali transitam principalmente no horário noturno.

Segue anexo imagens do local supracitado.

Por conseguinte, solicito o apoio dos nobres deputados para que aprovelem a presente indicação em face do relevante interesse público que se reveste a matéria.

Sala das sessões, 05 de novembro de 2015.

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8122  
Gabinete 12 -3º andar  
www.dep.professorreginaldoveras@cl.df.gov.br

411-0114

*[Assinatura]*



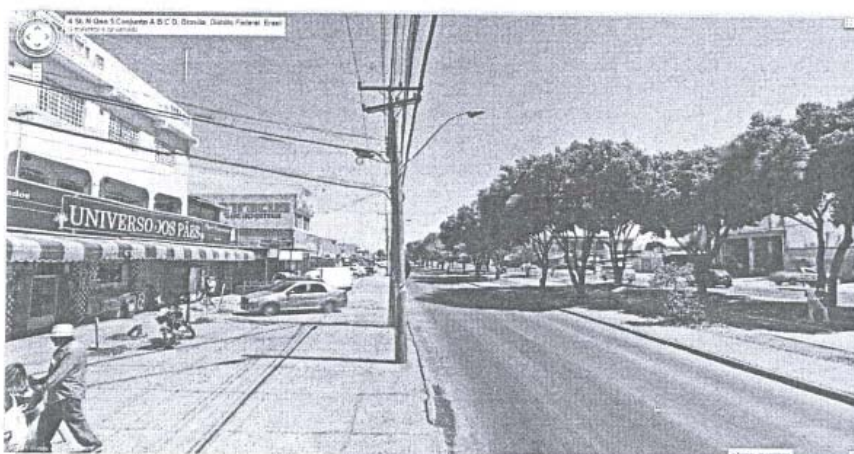
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado Professor Reginaldo Veras  
Assessoria jurídico-legislativa



Deputado Professor REGINALDO VERAS

PDT  
*Reginaldo Veras*  
ANEXO

> SETAS - 0000668 <



Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8122  
Gabinete 12 -3º andar  
[www.dep.professorreginaldoveras@cl.df.gov.br](mailto:www.dep.professorreginaldoveras@cl.df.gov.br)



&gt; SETAS - 000069 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO LIRA - PHS



IND 5970 /2015

INDICAÇÃO Nº  
(Do Sr. Deputado LIRA)

L I D C  
Em 10/11/15  
  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Poder Executivo que por intermédio da CAESB-Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, promova a implantação de rede de distribuição de água no Bairro Morro da Cruz em Sebastião - RA XIV.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo que por intermédio da CAESB-Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, a implantação de rede de distribuição de água no Bairro Morro da Cruz em São Sebastião - RA XIV.

#### JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de justa reivindicação dos moradores que necessitam de abastecimento de água potável e não gozam desse direito, naquela área de São Sebastião.

Considerando que para o Estado é prioritário o atendimento das demandas da sociedade, e por tratar-se de assunto de necessidade básica, até porque a água é vital para a subsistência humana, não poderemos deixar de atender aos moradores que imploram pela melhoria da qualidade de vida aos moradores da região.

Diante do exposto, conclamo aos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição.

Sala de Sessões, em

LIRA - PHS  
Deputado Distrital



&gt; SETAS - 000070 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



IND 5971/2015

**INDICAÇÃO Nº**  
**(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)**

Em, 10.11.15  
 Secretaria Legislativa

**Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal e em parceria com o Detran-DF que promova ações educativas de trânsito para os condutores de veículos de tração animal que coletam lixo reciclável.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal e em parceria com o Detran-DF que promova ações educativas de trânsito para os condutores de veículos de tração animal que coletam lixo reciclável.

**JUSTIFICAÇÃO**

No Distrito Federal encontramos centenas de catadores de papel que trabalham no recolhimento do lixo reciclável. É um trabalho que envolve famílias de baixa renda. O que vemos, muitas vezes, é o trabalho de crianças e idosos que em sua grande maioria desconhecem as normas de trânsito, o que dificulta o trânsito e o torna perigoso.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

  
 Deputada **SANDRA FARAJ**

*Handwritten note: Não é necessário*

&gt; SETAS - 000071 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**INDICAÇÃO Nº** IND 5972 /2015  
**(Da Deputada Sandra Faraj)**

LIDO  
 Em. 10/11/15  
 Secretária Legislativa

**Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, através do Secretário de Fazenda, Dr Pedro Meneghetti, estudo para a redução da alíquota de ICMS incidente sobre a comercialização de flores no DF.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Interno, sugiro ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, através do Secretário de Fazenda, Dr Pedro Meneghetti, estudo para a redução da alíquota de ICMS incidente sobre a comercialização de flores no DF.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição tem o objetivo de sugerir ao Governador do Distrito Federal **através do Secretário de Fazenda, Dr Pedro Meneghetti, estudo para a redução ICMS incidente sobre a comercialização de flores no DF.**

Fomos procurados por representantes do Setor Produtivo, principalmente, pelos comerciantes de flores que trouxeram como demanda principal de sua área, a necessidade de redução da alíquota de ICMS incidente sobre a comercialização de flores no DF.

Tendo em vista a competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria tributária local, requiro ao Secretário de Fazenda o estudo de viabilidade para a possível redução da alíquota de ICMS requerida, o que ajudaria muito o setor produtivo.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente proposição, pois, acreditamos ser esta reivindicação justa e de suma importância.

Sala das Sessões em,

  
 Deputada **SANDRA FARAJ**

11/10/2015

&gt; SETAS - 000072 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj



IND 5973 /2015

**INDICAÇÃO Nº****(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)**L I D O  
Em, 10/11/15

Secretaria Legislativa

**Sugere a Administração Regional de Taguatinga RA-III a instalação de currais comunitários em Taguatinga Sul e Taguatinga Norte.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir a Administração Regional de Taguatinga RA-III a instalação de currais comunitários em Taguatinga Sul e Taguatinga Norte.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva sugerir a Administração Regional de Taguatinga a instalação de currais comunitários. O atendimento desse pleito permitirá aos proprietários de animais de tração dessa localidade, abriga-los em lugar adequado.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

Mila F. Faraj

&gt; SETAS - 000073 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



IND 5974/2015

**INDICAÇÃO Nº**  
**(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)**

L I D  
 Em, 10/11/15  
 Secretaria Legislativa

**Sugere a Administração Regional de Taguatinga RA-III a implantação de projeto de coleta de lixo, conservação e limpeza com a participação das associações e ou grupos representativos dos carroceiros.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir a Administração Regional de Taguatinga RA-III a implantação de projeto de coleta de lixo, conservação e limpeza com a participação das associações e ou grupos representativos dos carroceiros.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

*11/11/15*

&gt; SETAS - 000074 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



IND 5975 /2015

**INDICAÇÃO Nº**  
**(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)**

L I D O  
 Em 10/11/15  
 Secretária Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga RA-III, e em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de estacionamento no canteiro central localizado entre a QNJ 54 e a CNL.

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga RA-III, e em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de estacionamento no canteiro central localizado entre a QNJ 54 e a CNL.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade supramencionada, no que diz respeito à demanda em apreço.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

11/10/15  
 Sandra Faraj

&gt; SETAS - 000075 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



**INDICAÇÃO Nº** IND 5976 /2015  
**(Da Senhora Deputada Sandra Faraj)**

L I D O  
 Em. 10/11/15  
 Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Ceilândia RA-IX, e em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de estacionamento no canteiro central localizado em frente ao conjunto "A" da QNM 19, ao lado do Hiper Mercado Extra.

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Doméstico, vem por meio desta proposição sugerir ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Ceilândia RA-IX, e em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a construção de estacionamento no canteiro central localizado em frente ao conjunto "A" da QNM 19, ao lado do Hiper Mercado Extra.

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva atender reivindicações da comunidade local, em especialmente, dos comerciantes.

Em outras latitudes, trata-se de reivindicação justa dos moradores e demais cidadãos da comunidade local, que anseiam por melhoria em sua cidade. Urge ao Poder Público, garantir a eficácia dos serviços públicos, contribuindo para a qualidade da nossa comunidade.

Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente Indicação, por ser justa e legítima a reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões em,

Deputada **SANDRA FARAJ**

10/11/15

&gt; SETAS - 000076 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

IND 5977/2015

**INDICAÇÃO Nº**  
**(Da Deputada Sandra Faraj)**

L I D O  
Em. 10/11/15  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, através do Secretário de Fazenda, Dr. Pedro Meneghetti, o envio para a CLDF do Projeto de Lei prorrogando o prazo constante no artigo 4º da Lei distrital nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013.

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, com amparo do art. 143 do seu Regimento Interno, sugiro ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, através do Secretário de Fazenda, Dr. Pedro Meneghetti, o envio para a CLDF do Projeto de Lei prorrogando o prazo constante no artigo 4º da Lei distrital nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem o objetivo de sugerir ao Governador do Distrito Federal **através do Secretário de Fazenda, Dr. Pedro Meneghetti, o envio para a CLDF do Projeto de Lei prorrogando o prazo constante no artigo 4º da Lei distrital nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013.**

Fomos procurados pelo representante da Associação dos Ex-combatentes do Brasil, como o pleito de prorrogação da isenção de cobrança de IPTU e TLP para os próximos anos, já que conforme o artigo 4º da Lei Distrital nº 5.287/13, esse benefício encerra-se em 31.12.2015.

O pedido, sem sombra de dúvida, é meritório e faz justiça aos nossos guerreiros, que tão bem defenderam nosso país na Segunda Guerra Mundial.

Tendo em vista a competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria tributária local, requeiro ao Governador que envie Projeto de Lei prorrogando o prazo de isenção para pagamento de IPTU e TLP até 31.12.18.

M. A. F. Meneghetti

8.

> SETAS - 000077 <



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



Pelo exposto, rogo aos nobres Pares desta Casa e Leis, a aprovação da presente proposição, pois, acreditamos ser esta reivindicação justa e de suma importância.

Sala das Sessões em,

Deputada  **SÁNDRA FARAJ**





&gt; SETAB - 000078 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO



**INDICAÇÃO Nº IND 5978 /2015**

(Do Senhor Deputado Juarezão PRTB)

Em, 10/11/15  
Secretaria Legislativa

**Sugere providências ao Poder Executivo, junto ao Departamento Estradas e Rodagem – DER, para construção de ponte na vicinal 533, trecho que liga Brazlândia ao Padre Lúcio / Aguas Lindas GO.**

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa, do Distrito Federal.

Na conformidade do disposto no art. 143 do Regimento Interno, solicito ao Chefe do Poder Executivo providências junto ao Departamento Estradas e Rodagem – DER para construção de ponte na vicinal 533, trecho que liga Brazlândia ao Padre Lúcio / Aguas Lindas GO.

**JUSTIFICAÇÃO**

O trecho vicinal desde a ponte do Rio Descoberto, no bairro Padre Lúcio até a BR-080 que liga a Brazlândia ao município goiano. A construção da ponte na VC-533 será de suma importância para os moradores tanto de Brazlândia quanto de Águas Lindas.

A via possui um fluxo muito intenso, pois faz a ligação do Distrito Federal com Aguas Lindas. Além disso, atende milhares de pessoas que residem na região e que usam a estrada como único acesso a Brazlândia, já que noventa por cento da população de Padre Lúcio fazem suas compras e usam os serviços do comércio da cidade.

A construção da ponte facilitará também o escoamento da produção agrícola dos chacareiros, tornará o trajeto mais rápido e seguro para os motoristas, além de melhorar o tráfego dos ônibus escolares que transportam as crianças para as escolas de Brazlândia.

Edy 2456



&gt; SETAS - 000079 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL JUAREZÃO

O tráfego no local é intenso, inclusive de veículos pesados como caminhões e carretas, durante o dia e noite, colocando em risco a segurança dos cidadãos que transitam.

Diante disso faz-se necessária a construção de uma ponte na VC-533, haja vista, que irá diminuir significativamente o risco de acidentes, bem como trazer segurança, conforto e qualidade de vida da população.

Sala das Sessões em,

Deputado JUAREZÃO

PRTB



> SETAS - 000060 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



IND 5979/2015

**INDICAÇÃO Nº**  
(Do Sr. Deputado Bispo Renato Andrade)

L I D  
Em, 10/11/15  
Secretaria Legislativa

Sugere ao Governador do Distrito Federal, que seja concedida anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao Governador do Distrito Federal, que seja concedida anistia aos policiais militares e bombeiros militares do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposição em tela visa atender os anseios de profissionais da Segurança Pública – Policiais e Bombeiros Militares – excluídos de suas Corporações, no sentido de conceder anistia, garantindo os direitos legais e a justiça que são características destas conceituadas instituições militares.

Há cadastrado atualmente 168 ex-policiais de acordo com o representante legal, Dr. Ricardo, porém esse número, ainda segundo o líder, ultrapassa as centenas, que em muitos casos tiveram seus direitos violados, segundo relatos, pelo fato de não terem sido assegurado o direito da ampla defesa e o contraditório, em outros casos, há indícios de abuso de poder e assédio moral por parte de superiores, que após "prisões ilegais", ou desproporcionais, sem o devido processo legal, somente pela vontade do comandante. Em alguns casos, alguns militares foram compelidos a "pedir baixa", ou seja, desligamento da corporação.

Cabe salientar que muitos desses atos neste período foram norteados em legislação antiga, como por exemplo a Lei nº7.289, de 18 de dezembro de 1984(Estatuto da PMDF), Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002(Regulamento



> SETAS - 000081 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**



Disciplinar do Exército) e o anterior, Lei nº 6.577, de 1º de dezembro de 1977 (Conselho de Disciplina).

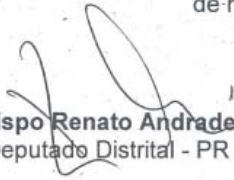
O escopo desta indicação vem no sentido de que haja análise da documentação outrora apresentadas, e em casos de necessidade, apresentação de novas peças, para comprovação de possíveis atitudes abusivas. Revisão documental de cada militar arrolado em processos idênticos que constem a condenação, e suspensão das sindicâncias ou processos administrativos que levem ao cerceamento do direito dos mesmos.

Vale ressaltar que é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a segurança pública, direitos e obrigações contidos no artigo 144 da nossa Carta Magna, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Sendo assim, por se tratar de matéria de relevante valor, conclamo aos nobres pares desta Casa Legislativa a aprovarem a presente indicação.

Sala das Sessões,

de novembro de 2015.

  
**Bispo Renato Andrade**  
Deputado Distrital - PR



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO

LIDO  
10/11/15  
Secretaria Legislativa

INDICAÇÃO Nº IND 5980/2015 DE 2015.

(Autor: Deputada Telma Rufino)

> SETAS - 000082 <

SUGERE AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, A DESTINAÇÃO OBRIGATÓRIA DE UM PERCENTUAL DE 30% DO VALOR RESULTANTE DA VENDA DE LOTES DE PROPRIEDADE DO GOVERNO, PARA SEREM APLICADOS NA INFRAESTRUTURA DA PRÓPRIA REGIÃO ADMINISTRATIVA ONDE OS MESMOS SE LOCALIZEM.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do Regimento Interno, sugere ao excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Órgão de Governo competente, a destinação obrigatória de um percentual do valor resultante da venda de lotes, de propriedade do Governo, para serem aplicados na própria Região Administrativa onde os mesmos se localizem.

#### JUSTIFICATIVA

No nosso entendimento o Governo deve destinar um percentual da receita oriunda da venda de terrenos de sua propriedade em investimentos na própria Região Administrativa onde se localizem os referidos imóveis.

Trata-se de justa reivindicação de nossa sociedade, que luta por melhorias na infraestrutura das diversas Regiões Administrativas, principalmente no que se refere ao atendimento de demandas básicas e emergenciais de cada área.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO  
Recebido em 10/11/15 16:35  
Assinatura 19335



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA TELMA RUFINO**

Por se tratar de justo pleito, que visa a melhoria da qualidade de vida na nossa comunidade, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente Indicação, com a certeza de que estaremos atendendo o anseio de toda a comunidade do Distrito Federal.

**Sala das Sessões, de novembro de 2015.**

  
**Deputada TELMA RUFINO**

> SETAS - 000003 <



&gt; SETAS - 000084 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA**

**MOÇÃO Nº DE 2015**  
**(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA)**

MOÇ 255 /2015

L I D O  
 Em 10/11/15  
 Secretária Legislativa

**Manifesta votos de louvor e parabeniza os Policiais Militares que especifica do 10º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia.**

Com base no Art. 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares manifestar votos de louvor e parabenizar os Policiais Militares que especifica do 10º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados a sociedade do Distrito Federal, especialmente a de Ceilândia.

#### JUSTIFICAÇÃO

A presente Moção busca, oportunamente, assegurar reconhecimento aos Policiais Militares que heroicamente prestaram e ainda prestam serviços de importância imensurável ao Distrito Federal, sobretudo à comunidade de Ceilândia, os quais são servidores públicos abnegados e de inquestionável compromisso com a sociedade como um todo.

Por conta disso, sugerimos que, por ocasião da Sessão Solene a ser realizada no dia 27 de novembro do corrente ano em comemoração ao 1º aniversário do 10º Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal, sejam outorgados aos Policiais Militares relacionados no anexo, diplomas pelo reconhecimento dos serviços por eles prestados ao Distrito Federal e especialmente à Ceilândia.

Assim exposto, rogo aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Moção.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputada LUZIA DE PAULA**  
**Autora**

S/2015 16/2/15



&gt; SETAS - 000065 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA DEPUTADA LUZIA DE PAULA**

**RELAÇÃO DOS HOMENAGEADOS**

PATENTE	NOME	MATRÍCULA
2º TENENTE	CARLOS ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS	10.183/4
2º TENENTE	TARCIZO FREIRE ALBUQUERQUE	10.292/9
SUBTENENTE	CLEIVALDO JERÔNIMO DE AZEVEDO	11.189/9
1º SARGENTO	ANTÔNIO SOARES DE LIMA	12.628/4
1º SARGENTO	ANTÔNIO VALDIR TORRES DOS SANTOS	10.820/0
1º SARGENTO	DANIEL TAVARES CÂNDIDO FILHO	10.704/2
1º SARGENTO	EDILSON JOSÉ DA SILVA	12.892/9
1º SARGENTO	EDILSON MOTA PIRES	11.466/9
1º SARGENTO	EDMAR ROBERTO DE SOUSA	10.490/6
1º SARGENTO	JÂNIO CARNEIRO DE OLIVEIRA	11.982/2
1º SARGENTO	JOÃO ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA	12.406/0
1º SARGENTO	JOÃO BOSCO VIEIRA E SILVA	17.823/3
1º SARGENTO	NILDO ARCANJO DOS SANTOS	10.467/1
1º SARGENTO	ORLANDO RODRIGUES PEREIRA	09.720/9
1º SARGENTO	WESLEY LUCENA DE OLIVEIRA	09.814/0
1º SARGENTO	TADEU CORDEIRO DA SILVA	18.350/4
1º SARGENTO	ZEILTON DA SILVA VIANA	11.234/8
2º SARGENTO	CLÁUDIO LUIZ VIEIRA	14.912/8
2º SARGENTO	CLÁUDIO PAULINO DO NASCIMENTO	15.875/5
2º SARGENTO	GASPAR DIAS DA SILVA	14.024/4
2º SARGENTO	GILBERTO NUNES DE SOUSA	12.832/5
2º SARGENTO	IVONIR FRANCISCO PEREIRA	13.106/7
2º SARGENTO	REINALDO SILVA DE ARAÚJO	15.055/X
MAJOR	RICARDO LOBATO MARQUES	50.580/3
CAPITÃO	CARLOS ROBERTO MOREIRA FILHO	81.182/3
2º TENENTE	OLON FRANCISCO DE LIMA	12.017/0
SUBTENENTE	AGAMENON DE SOUSA NOGUEIRA	20.099/9
1º SARGENTO	HAMILTON OLIVEIRA DOS SANTOS	20.051/4
2º SARGENTO	OLIVON COELHO DOS SANTOS	22.921/0
2º SARGENTO	ALDAIR GONÇALVES CARVALHO	23.174/6
2º SARGENTO	VANDERMI BARBOSA DA SILVA	15.618/3
2º SARGENTO	VALÉRIA DE SOUSA DE NORONHA	15.398/2
3º SARGENTO	JEAN SOARES MIRANDA	19.163/9
3º SARGENTO	CRISTINA ARRUDA DE LIMA	21.002/1





> SETAS - 000086 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

**MOÇÃO Nº MOÇ 256 /2015**

**(Do Sr. Deputado Bispo Renato Andrade)**

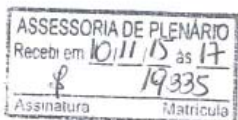


**L I D O**  
Em 10/11/15  
Secretaria Legislativa

**Manifesta apoio para criação da  
Coordenação de Localização de  
Desaparecidos, Ausentes, Minorias e  
Egressos, na estrutura da Secretaria de  
Estado de Segurança Pública e Paz  
Social, e Grupo de Trabalho para  
regulamentação da Lei nº 5.537/2015.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do  
Distrito Federal:**

Nos termos do art. 144 do Regimento Interno, proponho aos nobres pares, apoio para criação da Coordenação de Localização de Desaparecidos, Ausentes, Minorias e Egressos, na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, e Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei nº 5.537/2015.



**JUSTIFICAÇÃO**

A presente proposição objetiva sensibilizar o Poder Executivo, no sentido de que seja criada na estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz



&gt; SETAS - 000087 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

Social, a Coordenação de Localização de Desaparecidos, Ausentes, Minorias e Egressos, e Grupo de Trabalho para regulamentação da Lei nº 5.537/2015.

Segundo dados divulgados na reportagem sobre pessoas desaparecidas pelo jornal DF/RECORD, a cada 3 horas a polícia recebe um comunicado de desaparecimento no Distrito Federal. Só este ano, já foram registradas mais de 2 mil ocorrências.

Pessoas não podem ser tratados como números, como uma mera estatística. Infelizmente, é crescente o número de pessoas desaparecidas em nosso país. No Distrito Federal, muitos casos ficam sem solução, causando grande angústia e dor aos familiares.

Entendemos que a regulamentação da Lei nº 5.537/2015 irá possibilitar a solução de muitos desses casos, e para isso, a criação da Coordenação de Localização de Desaparecidos, Ausentes, Minorias e Egressos, é uma medida urgente e fundamental para implantação definitiva do programa, motivo pelo qual conclamamos ao Governador do Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social, promova imediata reestruturação incluindo referida Coordenação em sua pasta.

Dessa forma, por se tratar de um tema de grande relevância para população do Distrito Federal, é que apresentamos a presente Moção, razão pelo qual pedimos o apoio dos nobres parlamentares para sua aprovação.



> SETAS - 000088 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

Sala das Sessões,

de novembro de 2015.

  
**DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

**PR/DF**

Dep. Celina Leão

PDT/DF

Dep. Liliane Roriz

PRTB/DF

Dep. Agaciel Maia

PTC/DF

Dep. Chico Leite

REDE/DF

Dep. Chico Vigilante

PT/DF

Dep. Cristiano Araújo

PTB/DF

Dep. Cláudio Abrantes

REDE/DF

Dep. Roosevelt Vilela

PSB/DF

Dep. Juarezão

PRTB/DF

Dep. Julio César

PRB/DF

Dep. Lira

PHS/DF

Dep. Luzia de Paula

REDE/DF

Dep. Prof. Reginaldo Veras

PDT/DF

Dep. Professor Israel

PV/DF

Dep. Rafael Prudente

PMDB/DF



> SETAS - 000089 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

Dep. Raimundo Ribeiro  
PSDB/DF

Dep. Wellington Luiz  
PMDB/DF

Dep. Ricardo Vale  
PT/DF

Dep. Robério Negreiros  
PMDB/DF

Dep. Rodrigo Delmasso  
PTN/DF

Dep. Sandra Faraj  
SD/DF

Dep. Telma Rufino  
PPL/DF

Dep. Wasny de Roure  
PT/DF



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



**REQUERIMENTO Nº**  
**(Do Dep. Chico Leite)**

**RQ 1209 /2015**

L I D O  
Em 10/11/15  
*[Assinatura]*  
Secretaria Legislativa

Requer informações da Administração regional de São Sebastião sobre execução de emenda orçamentária – LOA 2013.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno desta Casa, as seguintes INFORMAÇÕES da Administração Regional de São Sebastião, relativas à **execução da emenda à Lei Orçamentária para o exercício 2013 que destinou R\$150 mil para a obra de implantação de rede de esgoto na Rua 23 do Residencial do Bosque:**

- 1) data de início e conclusão da obra;
- 2) composição da comissão de licitação responsável pelo processo de seleção da contratada para execução da obra;
- 3) identificação do executor do contrato pela Administração Regional.

Solicito, ademais, o envio de cópia de todos os documentos pertinentes às informações referidas, em especial:

- 1) projeto básico da obra;
- 2) contrato;
- 3) autos do processo licitatório;
- 4) nota de liquidação da obra.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



### JUSTIFICAÇÃO

A Lei Orgânica do DF, no seu art. 60, incisos XVI e XXXIII, dispõe *in verbis*:

Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:

[...]

XVI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

[...]

XXXIII - encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, implicando crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa;

O Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, inciso X, *in verbis*:

Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:

[...]

X – ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta;

A Coordenação do Orçamento Participativo do nosso mandato, por intermédio do núcleo de São Sebastião, em atendimento a demanda dos moradores da cidade, destinou emenda orçamentária, no

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – PRAÇA MUNICIPAL QUADRA 02 LOTE 05 – GABINETE 21

BRASÍLIA-DF – CEP: 70094-902 – FONE: (61) 3348-8212 – FAX: (61) 3348-8213

sítio: [www.chicoleite.org.br](http://www.chicoleite.org.br) E-mail: [chicoleite@chicoleite.org.br](mailto:chicoleite@chicoleite.org.br)



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



valor de R\$ 150 mil, à Administração Regional, para implantação da rede de esgoto da rua 23 do bairro Residencial do Bosque, conforme verificasse na Lei Orçamentária 2013:

Unidade orçamentária	Código do programa de trabalho	Descritor	Natureza da despesa	Valor a ser desbloqueado
09116	17.512.6213.3669.6044	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTOS – Implantação da rede de esgoto da rua 23 do bairro residencial do Bosque, São Sebastião	449051	R\$150 mil

> SETAS - 000092 <

Por oportuno, observo que, no exercício do dever parlamentar de, como legítimo representante do povo, receber as demandas da sociedade e a elas dar encaminhamento dentro dos estritos critérios da constitucionalidade e legalidade, adotamos o ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. Para tanto, ouvimos diretamente a comunidade — seja no gabinete, seja nas cidades — para colher as demandas, e então, submetemos as propostas à coordenação do mandato, que conta com representantes em todas as cidades.

Então, o conjunto dos coordenadores faz a avaliação do alcance social e do atendimento aos requisitos legais das propostas, dentro das limitações impostas à tramitação do projeto de lei orçamentária, para definir as emendas a serem acolhidas em razão da legitimidade dos proponentes, bem assim da relevância social e do atendimento aos preceitos legais pertinentes.

Nesse contexto, pois, é que se insere a emenda em referência.

Em razão da disponibilidade orçamentária para a realização da obra, os moradores aguardavam que se iniciasse o procedimento licitatório, para posterior realização da obra. Contudo, verificando que a obra não fora iniciada, a comunidade buscou a Administração Regional neste ano, onde obteve a informação de que o recurso destinado àquela obra havia sido utilizado.

**E de fato, consoante levantamento efetuado no SIGGO, a emenda foi executada. Todavia, a comunidade fez contato com o nosso gabinete para informar que a obra não foi realizada, e solicitou providências.**



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



**Observo, por fim, que, tão logo tomei ciência da notícia, enviei ofício àquela Regional (doc. anexo) solicitando as informações, todavia, passados mais de 30 dias, não recebi resposta.**

Diante desse quadro, encontra-se plenamente justificado o objeto da proposição em epígrafe, devendo o agente público prestar as informações ora requeridas, nos termos do disposto no art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em

**DEPUTADO CHICO LEITE**  
**REDE Sustentabilidade**

> SETAS - 000093 <





&gt; SETAS - 000094 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

Of. nº. 160/2015 - GAB 21 - CLDF

Brasília, 2 de setembro de 2015

Ao Senhor

**JEAN DUARTE DE CARVALHO**

Administrador Regional de São Sebastião

Quadra 101 Área Especial S/N - São Sebastião - DF

CEP: 71.692-090

Telefone: (061) 3335-9000

**Assunto:** Execução de emenda à LOA 2013 - implantação de rede de esgoto - Rua 23 - residencial do Bosque - Informações

Excelentíssimo Senhor Administrador,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e para o fim de **atender a solicitação dos moradores**, sirvo-me do presente para solicitar os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de fornecer informações sobre a **execução da emenda, proposta por moradores da cidade e acatada no âmbito do Orçamento Participativo do nosso Mandato**, conforme consignado na Lei Orçamentária 2013, no valor de R\$ 150 mil, para **implantação da rede de esgoto da rua 23 do bairro residencial do Bosque**.

Especificamente, solicito as seguintes informações:

- 1) data de início e conclusão da obra;
- 2) composição da comissão de licitação responsável pelo processo de seleção da contratada para execução da obra;
- 3) identificação do executor do contrato pela Administração Regional.

Solicito, ademais, o envio de cópia de todos os documentos pertinentes às informações referidas, em especial:

- 1) projeto básico da obra;
- 2) contrato;
- 3) autos do processo licitatório;

---

> SETAS - 000075 <

4) nota de liquidação da obra.

Desde já agradeço.

Atenciosamente,



**Deputado CHICO LEITE**  
**PT-DF**

PREENCHIMENTO ALFABÉTICO / ENREGISTRÉ

**AK 9.16012015**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM DO RASÓN SOCIAL DU DESTINATAIRE			
Gen. Alvaro de Baviello			
ENDEREÇO / ADRESSE			
Av. Jd. Mec. Especial s/nº Jd. Sebastião			
CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITE	UF	PAIS / PAYS
75.6292-000	Brasília	DF	Brasil
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITARIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	OFICINA DE ENREGISTRO BUREAU DE DESTINATION <b>24 SET 2015</b> BSB
Cecilia A da Silva		29/09/15	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	PUBLICAÇÃO MATERIAL / PUBLICAÇÃO SIGNATURE DE L'EMBALEAGE J. Carlos 1503710		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

> SETAS - 000096 <

75240203-0

91.0403.16

114 x 186 mm

&gt; SETAS - 000097 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



RQ 1210 /2015

**REQUERIMENTO Nº 2015**  
**(Da Deputada Sandra Faraj)**

L I D O  
 Em, 10/11/15

Secretaria Legislativa

**Requer encaminhamento de pedido de informações à Administradora do Gama, Sra Maria Antônia, RA II.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Com amparo do art. 60, XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art. 15, III, combinado com o art. 40 do Regimento Interno, requeiro seja encaminhado à Administradora do Gama – RA II, Senhora Maria Antônia, para que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme preceitua a Lei Orgânica do Distrito Federal e o RICLDF, **relação completa de todas as licitações realizadas no ano de 2015 por essa RA II**, bem como **cópia integral de todos os processos licitatórios concluídos e iniciados no ano de 2015.**

**JUSTIFICAÇÃO**

Nossa Carta Distrital, no seu art. 60, incisos XVI e XXXIII, dispõe *in verbis*:

*"Art. 60. Compete, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal:*

[...]

*XVI – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta."*

Por sua vez, o Regimento Interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art. 15, inciso X, *in verbis*:

*"Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado:*

[...]

11/10/15  
 M. Antônia

§

&gt; SETAG - 000098 &lt;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**Gabinete da Deputada Sandra Faraj**



*X – ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta;”*

Assim sendo, dentre as funções do parlamentar está a de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Para isso, necessário se faz ter acesso à relação completa de todas as licitações, iniciadas e encerradas neste ano de 2015, realizadas pela Administração do Gama – RA II.

Assim, por acreditar que a transparência e a moralidade devam orientar toda a Administração, e a fim de exercer plenamente as prerrogativas de fiscalização deste Legislativo em suas atribuições institucionais, resta plenamente justificado o objeto da proposição em análise, devendo o agente público prestar as informações no prazo legal.

Sala das Sessões,

Deputada  **SANDRA FARAJ**



&gt; SETAS - 000099 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN****REQUERIMENTO N.º RQ 1211 /2015****(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)**

L I D O  
Em. 10/11/15  
  
Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Departamento de Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS, sobre novo Terminal Rodoviário de Ônibus do Gama**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que sejam solicitadas informações ao Diretor do Departamento de Transporte Urbano do Distrito Federal, sobre novo Terminal Rodoviário de Ônibus do Gama

**JUSTIFICAÇÃO**

Foi concluído a obra de construção do novo Terminal Rodoviário do Gama, localizado na área Especial da Quadra 5 do Setor Sul do Gama, atrás do 9º Batalhão da Polícia Militar.

Trata-se de um terreno de aproximadamente 13 (treze) mil metros quadrados, no qual foram construídos 10 (dez) boxes na plataforma e 40 (quarenta) boxes destinados à parada dos ônibus, o terminal conta também com um amplo estacionamento para carros populares. ◊



&gt; SETAS - 000100 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**

Na plataforma principal, que tem 1,2 mil metros quadrados, deve abrigar os passageiros oriundos das cidades próximas, tanto do DF quanto do entorno. Com a construção do terminal os usuários esperavam diminuir o transtorno para chegar até a Rodoviária do Gama.

A proposta seria que os usuários desceriam no novo terminal e seguiriam para o seu destino final através da integração, pagando apenas uma passagem, as linhas de ônibus que saem das cidades de Luziânia, Céu Azul, Valparaíso, etc., com destino ao Gama trafegam apenas no Pistão Sul até a Rodoviária, restando aos passageiros a opção de caminharem muito ou embarcarem em micro-ônibus para chegarem aos outros Setores do Gama.

O Novo Terminal do Gama encontra-se abandonado, transformando em esconderijo para os usuários de drogas. Além disso, ele também serve de abrigo para moradores de rua, aumentando a falta de segurança dos moradores próximos a obra abandonada. Aos poucos percebemos o patrimônio público deteriorando.

Dessa forma, solicito informações sobre quando os usuários do sistema de transporte público do entorno e do Distrito Federal, poderão usufruir da obra concluída do Novo Terminal de Ônibus do Gama; qual o problema que até o momento o terminal ainda não foi entregue?

O pedido de informação faz-se necessário, tendo em vista que este Parlamentar, em suas funções fiscalizatórias, precisa verificar sobre possíveis irregularidades e também acompanhar a aplicação de recursos financeiros.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela**



&gt; SETAS - 000101 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**

Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

*Parágrafo único.* Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Em vista disso, é importante que este órgão, preste as informações necessárias à efetiva atuação desta Casa de Leis em suas atribuições institucionais.

Assim, rogo o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



**Deputado RODRIGO DELMASSO**  
PTN/DF





&gt; SETAS - 000102 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



**REQUERIMENTO N.º 1212 /2015**

**(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)**

LIDO  
Em, 10.11.15  
Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Procuradoria – Geral do Distrito Federal, a respeito da exposição de motivos e do Projeto de Lei Complementar Nº 34/2015, que dispõe sobre a racionalização do ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição da Dívida Ativa do Distrito Federal.

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado a Procuradora-Geral do Distrito Federal, informações a respeito da exposição de motivos e do Projeto de Lei Complementar Nº 34/2015, que dispõe sobre a racionalização do ajuizamento e execuções fiscais e regula a inscrição da Dívida Ativa do Distrito Federal, qual o percentual de pessoas que se enquadram nos valores propostos.

**JUSTIFICAÇÃO**

Foi encaminhado a esta Casa de Leis para apreciação o PLC 34/2015, que dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regula a inscrição e cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal, autoria do Poder Executivo.



&gt; SETAS - 000103 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**

Na Exposição de Motivos Nº 01/2015, datada em 20 de outubro, foi mencionado sobre a dificuldade em recuperar créditos inscritos na Dívida Ativa do Distrito Federal, que o modelo de recuperação de crédito vigente, que a execução fiscal tem sido o principal meio de cobrança da Dívida Ativa do DF, já que o valor de crédito dispensado da propositura fiscal é baixo de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais).

Que ocorre um congestionamento enorme da Vara de Execução Fiscais do Distrito Federal com o número de ações, de maio do corrente ano até mês de outubro contava com 372.989 (trezentos e setenta e duas mil novecentos e oitenta e nove) execuções fiscais, das quais a 112.091 (cento e doze mil e noventa e uma) execuções foram temporariamente arquivadas pelo TJDFT com o Provimento nº 13/2012, pois os créditos exequendos não superavam os R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em valor histórico.

Atualmente 260.898 (duzentos e sessenta mil oitocentos e noventa e oito) execuções fiscais em andamento (não arquivadas). Dessas execuções ativas, segundo dados do TJDFT, 178.637 (cento e oito mil seiscentos e trinta e sete) execuções referem-se à cobrança de créditos cujo valor histórico é inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Conforme o referido Provimento nº 13/2012 da Corregedoria do TJDFT surgiu de um estudo do Tribunal sobre grande número da Vara de Execução Fiscal, que hoje responde por pouco menos de 50% de todos os processos judicial sem trâmite do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, o que encarece a prestação jurisdicional do Tribunal e piora todas suas estatísticas de produtividade.

No referido estudo feito pelo tribunal que, caso o atual sistema de ajuizamento de execuções fiscais prossiga, a Vara de execuções Fiscais do Distrito Federal poderá contar em 2016 com um número aproximado de 1 milhão de processos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, também realizou um estudo patrocinado pelo Conselho nacional de Justiça - CNJ, verificou-se que no ano de 2011 o custo em média aos cofres públicos de uma execução fiscal no âmbito



&gt; SETAS - 000104 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**

federal era de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), em valor histórico. Ainda, conforme o estudo, o tempo médio de tramitação de tais processos é de 8 (oito) anos e (meses) e 9 (nove) dias.

Ficou comprovado ainda que os valores das ações a serem recuperados acabam sendo inferiores ao próprio custo da tramitação, tendo alto dispêndio de pessoal e material do Judiciário e do Executivo local, que sequer compensam o crédito a ser recuperado.

Com o congestionamento hoje enfrentado pela Vara de Execuções Fiscais do Distrito Federal, os créditos de maior valor, que efetivamente deveriam ser perseguidos com maior afinco, não podem ser tratados de forma diferenciada, sendo processados como "mais um" na imensidão de processos de execução fiscal. Essa morosidade e congestionamento no julgamento das execuções fiscais, decorrente do excessivo número de execuções hoje ajuizadas, geram inclusive, uma sensação de impunidade aos contribuintes, que esperam pela prescrição de seus créditos.

A cobrança administrativa da Dívida Ativa atende a inúmeros objetivos nobres de uma só vez: aumento significativo da arrecadação e recuperação de créditos, diminuição do inadimplemento do contribuinte que tem a certeza de que será cobrado, descongestionamento do Judiciário e a utilização racional de pessoal, material e recursos públicos dos Poderes Executivo e Judiciário.

Foi citado ainda que outros estudos realizados pelos Estados e Municípios que começaram à cobrança administrativa da Dívida Ativa verificaram um incremento da ordem de 30% nos seus índices de recuperação, aumentou também os índices de recuperação nas execuções fiscais quando se passou a racionalizar o uso deste instrumento e permitir que de fato se pudesse atuar de forma condigna nesses processos.

Dentre outras exposições que o novo modelo de cobrança da Dívida Ativa já tem sido usado com sucesso em inúmeros entes federativos, a própria União por meio da Procuradoria da Fazenda Nacional, os Estados de Minas Gerais, Pará, São Paulo, Rio de Janeiro entre outros. ◊



&gt; SETAS - 000105 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**

Com a apresentação do PLC 34/2015 pelo Executivo, que dispõe sobre a racionalização no ajuizamento de execuções fiscais e regular a inscrição e cobrança da Dívida Ativa do Distrito Federal.

Modifica-se entre outros o ajuizamento de execução fiscal para a cobrança dos créditos tributários, inscritos, em Dívida Ativa do Distrito Federal, cujos valores consolidados, por devedor, sejam iguais ou inferiores aos seguintes limites:

- a) O valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), reajustáveis anualmente conforme parâmetro do art. 1º da Lei Complementar nº 453/2011, na hipótese de crédito tributário referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS;
- b) O valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil), reajustáveis anualmente conforme parâmetros do art. 1º da Lei Complementar nº 435/2011, para todos os demais créditos tributários ou não tributários.

Diante do exposto, solicito informações a Procuradoria-Geral do Distrito Federal sobre o percentual de pessoas que se enquadram nesses valores citados acima.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



**Deputado RODRIGO DELMASSO**  
PTN/DF



&gt; SETAS - 000106 &lt;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ



RQ 1213 /2015

**REQUERIMENTO Nº**  
**(Deputada Liliane Roriz)**

Em, 10/11/15  
Secretaria Legislativa

**Requer a realização de Sessão Solene no dia 20 de novembro de 2015, em comemoração ao "DIA DO CONSELHEIRO TUTELAR".**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

Amparado nos arts 99, inciso IV e 124 do Regimento Interno, requero a realização de Sessão Solene a realizar-se, às 10h no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 20 de novembro de 2015, em comemoração ao **Dia do Conselheiro Tutelar**.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo do requerimento é prestar uma homenagem aos Conselheiros Tutelares do Distrito Federal, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em lei. O conselho tem a responsabilidade de atender crianças e adolescentes em situação de risco, aplicando medidas de proteção, podendo requisitar serviços públicos na área da Saúde, Educação, Serviço Social, Previdência, Trabalho e Segurança, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O trabalho desenvolvido pelos Conselheiros merece respeito e atenção de toda a sociedade, pois é de fundamental importância para as crianças e adolescentes que estão vivendo em condições de risco.

19335



> SETAS - 000107 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA DEPUTADA DISTRITAL LILIANE RORIZ**



Diante do exposto e pela importância destes profissionais para o Distrito Federal, é que conclamo aos nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das sessões, de 2015.

*Liliane Roriz*  
**LILIANE RORIZ**  
Deputada Distrital

DATA RECEBIDA NA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
20/11/2015  
HORAS: 15h LOCAL: PP.  
Paulo 11.68



&gt; SETAS - 000108 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO WELLINGTON LUIZ****REQUERIMENTO Nº RQ 1214 /2015  
(Do Deputado Wellington Luiz)**L I D O  
Em, 10.11.15  
  
Secretaria Legislativa**Requer a retirada de tramitação e arquivamento do Projeto de Lei nº 740/2015 que especifica.****Excelentíssima Senhora Presidente, da Câmara Legislativa, do Distrito Federal:**

Com fundamento no art. 136, § 2º e art. 145, inc. VII, ambos do Regimento Interno desta Casa, requero a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 740/2015, de minha autoria, que "**Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de nutricionistas em redes de fast food**".

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento se justifica, tendo em vista, a necessidade da apresentação de outra proposição mais adequada a matéria.

Sala das Sessões, em            de            de 2015.

  
**Deputado WELLINGTON LUIZ  
Líder do Bloco PMDB/PTB**



&gt; SETAS - 000109 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
Gabinete do Deputado Chico Vigilante



**REQUERIMENTO RQ 1215 /2015 2015**

**REQUERIMENTO (Do Sr. Deputado Chico Vigilante)**

Em 10/11/15

Secretaria Legislativa

**Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.724, de 2013, e nº 29, de 2015.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Nos termos do art. 154 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 1.724/2013, e nº 29/2015.

#### JUSTIFICAÇÃO

A tramitação conjunta dos Projetos de Lei em epígrafe deve-se ao fato de que as proposições tratam de matéria semelhante – obrigar as operadoras de planos de saúde a avisar previamente e individualmente os consumidores sobre o credenciamento de hospitais e médicos no Distrito Federal –, conforme o disposto no art. 154 do Regimento Interno:

*Art. 154. A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.*

*§1º A tramitação conjunta será determinada pela Mesa, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou Comissão.*

*§2º Não será deferido o requerimento de tramitação conjunta se todas as Comissões de mérito já houverem proferido os seus pareceres.*

Vê-se, portanto, que as proposições preenchem os requisitos para a tramitação conjunta, uma vez que ainda não foram apreciados por todas as comissões mérito. Por essa razão, fundamentada na Nota Técnica da Consultoria Legislativa, venho requerer o apensamento do PL nº 29/2015 ao PL nº 1.724/2013.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2015.

**Chico Vigilante**  
Deputado Distrital

CASAC  
16/15



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa - ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE

**NOTA TÉCNICA**

Assunto: Projeto de Lei nº 29, de 2015, que *obriga as operadoras de planos de saúde a avisar previamente e individualmente aos consumidores sobre o descredenciamento de hospitais e médicos no âmbito do Distrito Federal.*

Solicitante: Deputado Chico Vigilante

SETAG - 000110 &lt;

Esta Assessoria foi requisitada pelo Gabinete do Deputado Chico Vigilante a elaborar minuta de parecer sobre o Projeto de Lei nº 29, de 2015, conforme Solicitação de Serviço nº 623/2015.

O referido Projeto, de autoria do Deputado Robério Negreiros, obriga as operadoras de planos de saúde a avisar aos consumidores, com antecedência mínima de 15 dias, sobre o descredenciamento de hospitais e médicos.

Entretanto, consulta ao Sistema LEGIS revela que tramita, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 1.724/2013, de autoria do Deputado Roney Nemer, que "dispõe sobre a obrigatoriedade das operadoras de planos privados de assistência à saúde a disponibilizar aos segurados informações sobre o descredenciamento de hospitais, clínicas e médicos e atualização dos dados de sua rede assistencial em tempo real, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências". Essa proposição foi designada para análise de mérito pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Educação, Saúde e Cultura e admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Foi aprovada pela CDC em 23/04/2014 e encontra-se na Comissão de Educação, Saúde e Cultura – CESC, pronta para inclusão na pauta, aguardando apreciação.

Da leitura, verificamos que o PL nº 29/2015 e o PL nº 1.724/2013 tratam de matéria correlata, visto que ambos tratam da obrigatoriedade de as operadoras de planos de assistência à saúde avisar aos consumidores, com antecedência, sobre o descredenciamento de médicos e hospitais. A diferença entre esses PLs está no número mínimo de dias de antecedência com que os planos devem avisar os consumidores. O PL nº 1.724/2015 propõe 30 dias, enquanto no PL nº 29/2015 o prazo é de 15 dias, no mínimo. Em ambos os casos o consumidor deve ser avisado individualmente.

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

TERCEIRA SECRETARIA

Assessoria Legislativa - ASSEL

Unidade de Saúde, Educação, Cultura e Des. Científico e Tecnológico - USE



Como tratam, inequivocamente, de matéria correlacionada aplica-se o disposto nos arts. 154 e 155 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, *in verbis*:

**Art. 154.** *A tramitação conjunta ocorrerá quando proposições da mesma espécie tratarem de matéria análoga ou correlata.*

*§ 1º A tramitação conjunta será determinada pela Mesa Diretora, de ofício, ou a requerimento de qualquer Deputado Distrital ou Comissão.*

*§ 2º Não será deferido o requerimento de tramitação conjunta se todas as Comissões de mérito já houverem proferido os seus pareceres.*

**Art. 155.** *Na tramitação conjunta, serão obedecidas as seguintes normas:*

*I – as demais proposições serão apensadas ao processo da proposição que deva ter precedência;*

*II – terá precedência na tramitação conjunta a proposição mais antiga sobre as mais recentes;*

.....

Assim, em consonância com os dispositivos regimentais citados, e tendo em vista o aprimoramento do processo legislativo, deixamos de elaborar a minuta de Parecer solicitada e sugerimos o apensamento do PL nº 29/2015 ao PL nº 1.724/2013, para tramitação conjunta. Além da economia processual determinada pelo Regimento, o apensamento permitirá que a matéria seja examinada de forma ampla e coordenada.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Regina Céli Scorpione Nazareno

Consultora Legislativa

> SETAS - 000111 <



&gt; SETAB - 000112 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL****REQUERIMENTO Nº** RQ 1216 /2015**(Autoria: MESA DIRETORA)**

L I D O  
Em 10.11.15  
Secretaria Legislativa

Requer a transformação da Sessão Ordinária, do dia 26 de novembro de 2015, em Comissão Geral, para apresentação e discussão dos estudos realizados pela Administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre as propostas de alteração do PCCR contidos no Processo nº 001.000611/2014.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos do art. 125, inc. I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária, do dia 26 de novembro de 2015, em Comissão Geral para apresentação e discussão dos estudos realizados pela Administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre as propostas de alteração do PCCR contidos no Processo nº 001.000611/2014.

**JUSTIFICATIVA**

O Requerimento ora posto, e aprovado na reunião da Mesa Diretora do dia 04 de novembro de 2015, é no sentido de debater com os servidores da CLDF os estudos realizados pela Administração da Câmara Legislativa do Distrito Federal sobre as propostas de alteração do PCCR contidos no Processo nº 001.000611/2014 (do Comitê Modernizando a Carreira Legislativa - CMCL pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal – SINDICAL.)



> SETAS - 000113 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**



Diante do exposto, faz-se necessário realizar amplo debate sobre as propostas apresentadas.

Sala das sessões, em            de            de 2015.

  
**Deputada Celina Leão**  
**Presidente**

**Deputada Liliane Roriz**  
**Vice-Presidente**

  
**Deputado Raimundo Ribeiro**  
**Primeiro Secretário**

  
**Deputado Júlio César**  
**Segundo Secretário**

  
**Deputado Bispo Renato**  
**Terceiro Secretário**



> SETAS - 000114 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



**REQUERIMENTO RQ 1217 / 2015 / 2015**  
**(Do Sr. Deputado Bispo Renato Andrade)**

**L I D O**  
Em 10/11/15  
*[Signature]*  
SECRETARIA DE

**Requer a realização de Sessão Solene em Homenagem aos doze anos do Estatuto do Idoso e ao PRO-PAIS, Programa de Vigilância Sanitária na Atenção Integral ao Idoso, a realizar-se às 10h, do dia 18 de novembro 2015, no Plenário desta Casa.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.**

Nos termos do art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, requiro a realização de Sessão Solene em Homenagem aos doze anos do Estatuto do Idoso e ao PRO-PAIS, Programa de Vigilância Sanitária na Atenção Integral ao Idoso, a realizar-se às 10h, do dia 18 de novembro 2015, no Plenário desta Casa.

*Wendson 70144*

**JUSTIFICAÇÃO**

O presente requerimento objetiva prestar justa homenagem aos doze anos do Estatuto do Idoso e ao PRO-PAIS, Programa de Vigilância Sanitária na Atenção Integral ao Idoso.

Promulgada em 1º de outubro de 2003, a lei nº 10.741 estabeleceu a criação do Estatuto do Idoso. O estatuto determina que "é obrigação da família, da

*Dep. Roberto Nogueira*  
*Dep. Bispo Renato*  
*Dep. Chico Leite*



&gt; SETAS - 000115 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE**

comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

A fim de assegurar estes direitos conquistados, a Vigilância Sanitária tem a missão de "promover a saúde por meio de ações normativas, educativas e de fiscalização sobre ambientes, produção e circulação de bens e prestação de serviços, visando eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população no âmbito do Distrito Federal, com gestão participativa, em consonância com o Sistema Único de Saúde".

A VISA é, portanto, órgão integrante do SUS e vem enfatizando o seu papel determinante na identificação de riscos e agravos que, errônea e desnecessariamente ainda são considerados implícitos no consumo de bens e serviços.

A parceria da VISA-DF com outros órgãos do GDF na realização de programas selecionados para a visualização de resultados impactantes tem sido uma das metas estabelecidas. A execução do "PRO-PAIS" - Programa de Vigilância Sanitária para Atenção Integral ao Idoso, em meio à parceria da Secretaria de Saúde e demais Secretarias e com o Conselho dos Direitos do Idoso, para a melhoria da qualidade de vida do idoso no DF, cuja população estimada se encontra em torno de 154.280 e mobilizada na luta para inserção de suas necessidades básicas em uma sociedade que se mostra ainda despreparada.

O PRO-PAIS foi oficializado com a publicação da Portaria 31/2006, para resolver problemas de uma clientela fragilizada. Em 2005, sistematizou no âmbito da VISA, o monitoramento das instituições de abrigo e de convivência para idosos, buscando a parceria que permanece com a PRODIDE/MPDFT e Conselho do Idoso - CDI.

2



> SETAS - 000116 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Diante da importância dos idosos para nossa sociedade é que propomos a realização de referida Sessão Solene, razão pelo qual pedimos o apoio dos nobres pares no sentido de que seja aprovada a presente proposta.

Sala das Sessões,

de novembro de 2015.

**Bispo Renato Andrade**  
Deputado Distrital - PR





&gt; SETAS - 000117 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO Nº. RQ 1218 /2015

Em: 10/11/15

(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)

Secretaria Legislativa

Requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo – CDESTMAT a realização de Audiência Pública para debater sobre o PLC 33/2015 que define parâmetros de uso e ocupação das QE 38, QE 44, QE 48, QE 50 QE 52, QE 54, QE 56 e QR 58 - SRIA - Guarά - RA XI.

**Excelentíssimo Senhor Presidente da CDESTMAT:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de audiência pública para debater sobre o PLC 33/2015 que define parâmetros de uso e ocupação das QE 38, QE 44, QE 48, QE 50 QE 52, QE 54, QE 56 e QR 58 - SRIA - Guarά - RA XI.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 33/2015, do Poder Executivo que trata da definição de parâmetros urbanísticos para as últimas quadras do Guarά. O PLC supre a Ação Direta de Inconstitucionalidade e recoloca esta área para atendimento da política habitacional de interesse social do Governo de Brasília.

Diante do exposto requeiro esta audiência pública para que seja intensificada a discussão com a sociedade, entidades e autoridades competentes sobre a implantação do projeto urbanístico e suas implicações na dinamização do Guarά.

11/10/15





> SETAS - 000118 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



Com essa medida estaremos prestando importante serviço de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos a implementar.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado RODRIGO DELMASSO**  
PTN/DF



> SETAS - 000119 <  
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**



**REQUERIMENTO Nº. RQ 1219 /2015**

Em, 10/11/15

**(Do Senhor Deputado RODRIGO DELMASSO – PTN/DF)**

*[Assinatura]*  
 Secretaria Legislativa

**Requer à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo - CDESCTMAT, a realização de audiência pública para debater sobre a proposta para um Marco Energético Regulatório para a construção civil no Distrito Federal.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da CDESCTMAT:**

Requeiro, nos termos dos arts. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de audiência pública para debater sobre a proposta para um Marco Energético Regulatório para a construção civil no Distrito Federal.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Este ano de 2015 nos apresentou a Brasília não apenas com granizo, mas também com o dia mais quente da sua história. São sinais que a mudança climática, induzida pela intervenção humana, também está chegando a nossa cidade.

As projeções dos cientistas no mundo mostram que a mudança climática veio para valer, caso não sejam tomadas medidas drásticas, e neste sentido os olhos



&gt; SETAB - 000120 &lt;

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**

estão direcionados para Paris onde em novembro deste ano realizar-se-á a Conferência do Clima.

Medias globais serão de maior importância, porém também na escala da nossa cidade devem se tomar medidas para evitar danos maiores futuros, e não apenas no sentido de reforço dos telhados para resistir a granizo.

As temperaturas crescentes aumentarão a demanda para ar-condicionado, entre outros, o que aumentará a demanda para nossa cidade.

O setor da construção civil é um dos ramos de atividade de maior pegada ecológica no planeta. Além de gerar 25% de todos os resíduos sólidos, consumir 25% de água disponível e ocupar 12% das terras do planeta, é o setor que mais extrai materiais do meio natural, 30%, gerando um consumo entre 40% a 50% da energia total consumida. Responde também por 1/3 das emissões de gases de efeito estufa no planeta e 35% das emissões de carbono.

O modelo adotado na construção civil está entre os modelos de produção e consumo mais ineficientes, tal qual o subsetor de edificações, uma realidade que conflita frontalmente com a ideia de construção sustentável, isto é, edificações concebidas para fazer o uso racional de recursos naturais, utilizar materiais ecologicamente corretos e alterar o mínimo possível o ambiente no qual estão inseridas.

Assim não é surpreendente que o mercado para a chamada “construção sustentável” está crescendo rápido no Brasil, e muitos empreendimentos estão sendo lançados pretendendo ser sustentáveis. Porém, por falta de metas pelo Governo Brasileiro e por falta de um marco regulatório objetivo brasileiro, o mercado está sendo ofuscado pelo marketing e “Greenwashing” dos selos importados como LEED, BREEAM, entre outros.

Nesta toada, considerando a relevância do tema para toda sociedade distrital é que apresento o presente requerimento com o fim de reunir todas as autoridades da área, bem como todos os interessados ao visio de promover o debate a respeito da proposta para um Marco Energético Regulatório para a construção civil no Distrito Federal. ☺



> SETAS - 000121 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**




Cumpra enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão de tema de tão grande magnitude para a sociedade.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....



**RODRIGO DELMASSO – PTN/DF**  
Deputado Distrital

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 1

**TERCEIRA SECRETARIA  
 DIRETORIA LEGISLATIVA  
 DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
 SETOR DE TAQUIGRAFIA  
 SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
 ATA CIRCUNSTANCIADA DA 101ª  
 (CENTÉSIMA PRIMEIRA)  
 SESSÃO ORDINÁRIA,  
 EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wasny de Roure a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.


Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas, tendo em vista que os senhores Deputados receberam as matérias em seus respectivos gabinetes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 97ª Sessão Ordinária;

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>
	<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	
10   11   2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 2

- Ata da 98ª Sessão Ordinária;
- Ata da 99ª Sessão Ordinária;
- Ata da 31ª Sessão Extraordinária.

Esta Presidência retifica a leitura do expediente da sessão ordinária do dia 27 de outubro de 2015. Retificações: Em vez de três requerimentos de autoria da Deputada Telma Rufino, considerem-se lidos dois requerimentos; em vez de um requerimento de autoria do Deputado Robério Negreiros, considere-se lido um requerimento de autoria dos Deputados Robério Negreiros e Cristiano Araújo.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.


Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Força do Trabalho, por cinco minutos.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que eu trago hoje à tribuna trata-se de uma segregação, Deputado Ricardo Vale, que foi feita em 2013, quando várias categorias da área de saúde tiveram reajuste salarial devido a uma reestruturação da carreira, e ficaram de fora as carreiras de enfermeiro e de especialista em saúde da Secretaria de Saúde. No final de outubro, protocolei, nesta Casa, uma indicação com anexo a um anteprojeto para que o Poder Executivo apresente um projeto de lei reestruturando as carreiras de vencimentos dos enfermeiros e dos especialistas em saúde da Secretaria de Saúde. Ao todo, temos hoje aqui no Distrito Federal 3.300 especialistas em saúde e 4.000 enfermeiros. Tal proposta tem o objetivo de garantir os direitos básicos dessas categorias, regulamentando o piso salarial proporcional, Deputado Prof. Israel, à complexidade do trabalho desenvolvido pelos servidores. Tanto os enfermeiros quanto os especialistas em saúde sofreram uma grande injustiça na reestruturação feita em 2013, se levarmos em conta a categoria dos odontólogos. Só para que tenham ideia da disparidade, o salário inicial do dentista, com quarenta horas semanais, é igual ao salário do enfermeiro em final de carreira. Ora, eu gostaria de registrar que não estou aqui para fazer qualquer crítica ao salário dos odontólogos, mas para mostrar que o enfermeiro e o especialista em saúde, assim como os demais servidores da saúde, são importantes protagonistas do sistema de saúde e que, portanto, essa disparidade não pode ser aceita. Conforme já estabelecido em lei, a carreira de assistência pública à saúde engloba o cargo de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 3

especialista em saúde, com exigência de diploma de curso superior e com formação específica.


Sabemos, Deputado Wellington Luiz, que a situação atual da saúde pública no Brasil é bastante complexa. Conquanto nossa Lei Maior garanta os direitos fundamentais, por outro lado a realidade é estarrecedora, com oferta do serviço que não é suficiente para a demanda existente. Sabemos que a qualidade do serviço vem piorando a cada década e é um dos mais graves problemas sociais do País. Essa situação nos leva a uma série de indagações, como: o aumento populacional, o empobrecimento da população, a diminuição dos investimentos da União e a própria falta de interesse político. Tudo isso somado mostra que as principais vítimas da falta de assistência são os mais humildes, Deputado Prof. Israel, que não possuem condições de pagar um plano de saúde.

O problema da saúde pública tem aumentado a cada dia, e algo precisa ser feito com urgência. Isso é um fato. E a iniciativa para reverter essa situação caótica passa pela valorização dos enfermeiros e dos especialistas em saúde, profissionais qualificados de nível superior, e também de todos profissionais da saúde. Quando falamos em profissionais da saúde, estamos falando em psicólogos, nutricionistas, médicos, assistentes sociais, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, enfim, todos profissionais que atuam na área da saúde. Assistir os pacientes, monitorar o progresso e os resultados desejados, desenvolver o plano de cuidados interdisciplinares e aprimorar a qualidade e a segurança, bem como assistir pacientes e membros da equipe são responsabilidades desses servidores da saúde, que merecem ser valorizados.

A enfermagem envolve o ensino, a pesquisa, a participação na formulação das políticas e gestão de sistemas de saúde. Eles não são meros seguidores de ordens. A eles compete orquestrar a complexa cadeia de elementos e recursos necessários para que o sistema ofereça bem-estar e qualidade de vida aos seres humanos.

Acredito, senhoras e senhores Deputados, ser justa a reivindicação desses profissionais da saúde, com a equiparação salarial com os odontólogos, corrigindo a injustiça que foi cometida em 2013, deixando a categoria com uma defasagem de 38% em referência aos dentistas. Já fiz esse apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg, e hoje faço aos nobres Deputados. Deputado Rodrigo Delmasso, precisamos fazer essa correção. Houve – por algum equívoco, por alguma desinformação ou até mesmo por picuinhas pequenas – a segregação na estruturação da carreira de saúde, quando deixaram de fora os enfermeiros e os especialistas em saúde. (Palmas.) Não podemos conviver com essa disparidade.

Apresentei uma indicação à Casa com um anteprojeto e vou fazer esforços junto ao Executivo – peço a esta Casa que faça o mesmo – para que o Governo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 4

Rolleberg corrija essa injustiça com os enfermeiros e com os especialistas em saúde.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero me associar a V.Exa. No ano passado, tivemos oportunidade de acompanhar bastante o debate concernente à questão dos especialistas em saúde. Realmente, há um anseio pelo tratamento isonômico com os odontólogos. V.Exa. tem o nosso apoio. V.Exa. hoje exerce uma liderança junto ao Governo Rolleberg, como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e desfruta de uma relação próxima ao Governador. Então, eu acredito que, se há um Deputado hoje que tem grandes condições de dialogar com o governo e convencer as autoridades do GDF, é V.Exa. Conte com meu modesto apoio. Estou aqui para ombrear-me com V.Exa. e ajudar a construir solução para esse problema.

Muito obrigado, Deputado, e parabéns pelo pronunciamento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Exa. Eu não podia esperar outra coisa do Deputado Wasny de Roure, um homem que foi forjado na luta sindical, principalmente combatendo as injustiças que, às vezes, a estrutura de governo comete com algumas categorias.

Quero dizer que nós vamos fazer esse trabalho árduo junto ao governo, no sentido de corrigirmos essa injustiça que foi praticada. Ainda não sabemos bem o que aconteceu.


DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, V.Exa. é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa e traz um pleito dos mais justos. A verdade é que, dentro da saúde – a verdade seja dita –, os especialistas de saúde e os enfermeiros estão numa chamada Faixa de Gaza. De um lado estão os médicos; de outro lado, as categorias; no meio estão os enfermeiros e os especialistas, geralmente discriminados por todos os lados. (Palmas.)

Nós sabemos que nos hospitais – eu conheço a rede pública de saúde do Distrito Federal e também a rede privada – o socorro mais rápido que chega para a gente é o das enfermeiras, dos enfermeiros. (Palmas.) Muitas vezes, quando o paciente está numa situação extrema, antes do médico, o enfermeiro já está ali prestando assistência e ajudando a salvar vidas. Portanto, é realmente uma categoria valorizada pela sua combatividade, pela sua dedicação, mas que precisa



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 5

ser valorizada pelo Estado brasileiro e ter o reconhecimento do trabalho fundamental que eles desenvolvem.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. tem meu apoio nesse pleito, para que os enfermeiros consigam essa equiparação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Chico Vigilante, agradeço e incorporo o pronunciamento de V.Exa.

Peço tolerância ao nobre Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, em decorrência dos apartes. Os Deputados estão chegando ao plenário. Portanto, eu tenho um pouquinho de tempo e queria a compreensão de V.Exa.

Deputado Chico Vigilante, eu não poderia esperar outra posição de V.Exa., que tem se posicionado sempre em favor das categorias, principalmente pelo perfil profissiográfico, pela importância e pela relevância que têm as categorias de enfermeiro e especialista de saúde.

Portanto, eu agradeço e incorporo o aparte ao meu pronunciamento.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Permite-me V.Exa. um aparte?


DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, cumprimento V.Exa. pelo pronunciamento. V.Exa. trata de uma questão muito moderna da saúde no mundo inteiro: a ascensão de uma saúde multidisciplinar. (Palmas.)

Nós temos hoje o modelo médico-centrado. Esse modelo já provou não ser mais adequado para as novas demandas que a saúde tem feito. É preciso valorizar o enfermeiro, a equipe multidisciplinar, porque isso condiz com a medicina e com a saúde moderna. (Palmas.)

Parabéns, Deputado Agaciel Maia! Parabéns à categoria que está nessa luta!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado Agaciel Maia, eu o parabenizo pelo discurso. V.Exa. pode contar comigo na luta para a implantação da isonomia dos agentes de saúde, enfermeiros, odontólogos, nutrólogos, todos aqueles que não são médicos dentro da Secretaria de Saúde, mas, na realidade, exercem um trabalho exemplar dentro da Secretaria de Saúde. Acredito que há grande injustiça quando não existe essa paridade, e existe essa diferença criada, infelizmente, pelo próprio Estado. Acabam criando categorias de níveis diferentes, de tratamento diferenciado, sendo que a saúde, o processo de saúde é um complemento. Para que a saúde venha ter sucesso, existe ali um trabalho em equipe, e não se pode exigir um trabalho em equipe se existe disparidade de tratamento.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 6

Deputado Agaciel Maia, não só conte com meu apoio, mas com o meu trabalho referente a lutar para que essas categorias possam ter um tratamento isonômico na rede pública do Distrito Federal. Ainda digo mais: que Brasília possa servir de exemplo, para o Brasil, de como tratar as carreiras da saúde pública.


DEPUTADO AGACIEL MAIA – Apenas para encerrar, Sr. Presidente, fica essa leitura para o nosso Governador Rodrigo Rollemberg. Nós tivemos apartes de apoio de quatro líderes partidários que, somados com seus liderados, já dá maioria na votação. Ou seja, o Governador Rodrigo Rollemberg está sabendo que, se depender da Câmara Legislativa, o projeto de vocês de equiparação salarial será aprovado em tempo recorde.

Parabéns a vocês, e obrigado pela presença.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Meu Líder de bloco, Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de merecer a deferência de um aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É uma honra conceder aparte a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu quero aproveitar que V.Exa. está abordando a questão da área de saúde dentro de um pleito justo, que todos nós conhecemos. Certamente liderado por V.Exa., nosso voto já é conhecido e é semelhante ao de V.Exa. Eu quero registrar aqui a presença dos estudantes de medicina e também de enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal. Eles estão aqui e trouxeram uma situação, que me parece apenas uma questão de bom senso que precisa ser tomada de imediato para que não se gerem problemas que nós não precisamos ter. Ou seja, nós temos hoje 130 médicos lá na Escola de Saúde e esses 130 médicos cumprem, na verdade, quarenta horas, sendo vinte horas na Secretaria de Saúde e vinte na Escola de Saúde. Tanto o Ministério Público de Contas quanto o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios fizeram uma recomendação à Secretaria de Saúde no sentido de retornar esses médicos, como se eles não estivessem exercendo a medicina ao se aplicarem no magistério. Afinal de contas, eles estão lá na escola porque passaram por um concurso interno. Uma escola visa exatamente preparar os novos profissionais da saúde. Então, não faz sentido que o Ministério Público do Distrito Federal faça uma recomendação como essa. Por isso, eu gostaria que esta Casa fizesse uma recomendação à Secretaria de Saúde em que agradecesse a recomendação do Ministério Público, mas explicasse que não é possível adotar essa providência sugerida porque, caso faça isso, nós iremos praticamente paralisar uma escola que prepara os profissionais da saúde que vão atender a população. Mais ainda, não será o retorno de 130 médicos que vai resolver o problema da saúde. Nós temos muitos médicos que estão cedidos com ônus para o Distrito Federal para exercer atividades que não guardam qualquer tipo de relação com a ciência da saúde.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 7

Então, eu gostaria de propor que esta Casa encaminhasse um expediente à Secretaria de Saúde pedindo que não adote qualquer medida no sentido de fazer retornar esses profissionais, porque iremos prejudicar sensivelmente a formação de futuros profissionais da saúde.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Raimundo Ribeiro, V.Exa., além de ser um advogado brilhante e experiente, é um competente Deputado. Quero dizer a V.Exa., aproveitando esse seu aparte, que, se V.Exa. redigir esse documento – pode ser uma moção ou um requerimento –, com certeza, todos os Deputados irão apoiá-lo nesse pleito por ser um pleito justo.

Eu quero agradecer a presença de todos vocês e a tolerância do meu Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)


Eu gostaria de registrar a presença da Secretária Adjunta de Esportes do Distrito Federal, Leila Barros. Obrigado, Secretária, por estar aqui.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Delmasso, demais Deputados, pela presença, e demais participantes dessa plenária.

Eu gostaria de falar hoje sobre dois temas. Primeiramente, vou falar sobre as nossas Olimpíadas e aproveito para agradecer a presença da nossa Secretária Adjunta, Leila Barros.

Hoje tivemos a honra de ter a participação da Secretária na nossa reunião de Líderes. Com muita sabedoria, que é notória de todos, ela apresentou o projeto que traz para Brasília dez jogos das Olimpíadas de 2016. Ela deixou clara a importância desse evento para a nossa Capital. S.Exa. mostrou, com muita propriedade, que se debruçou sobre o projeto porque vários itens desse projeto iriam demandar um custo para nossa cidade, custo este que, neste momento, não tínhamos condições de realizar. Então, com o enxugamento dessas demandas apresentadas, poderemos sediar dez jogos que irão trazer divisas para nossa cidade. Infelizmente, foi construído esse elefante branco, que é o nosso estádio, e agora temos de dar utilidade a ele. Não podemos simplesmente ignorá-lo. Neste momento, temos uma grande oportunidade de dar utilidade ao estádio e trazer divisas. Como a nossa Secretária falou, as comitativas dos jogos estarão sediadas no Distrito Federal e, com isso, vamos fidelizar o nosso turista.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 8

Parabéns, Secretária! Eu tenho certeza absoluta de que, nesta Casa, vamos conseguir aprovar este projeto e V.Exa. vai conseguir, no ano que vem, representar e trazer esse evento tão maravilhoso.

Eu gostaria também de agradecer a presença dos nossos alunos e professores da ESCS – Escola Superior de Ciências da Saúde, que estão na galeria. Eu tive acesso ao problema de vocês. Até fiz um esforço muito grande para participar da reunião de ontem à noite, mas, infelizmente, não pude. Tive conhecimento da demanda de vocês e tenho certeza de que o Secretário de Saúde vai resolver essa questão e manter os médicos na Escola de Saúde. Não tenho dúvidas. Como bem falou o Deputado Raimundo Ribeiro, a matemática é simples. Desculpe a expressão, mas lá é uma fábrica de médicos e de enfermeiros. Então, vamos parar a produção de profissionais altamente capacitados, dos quais a população necessita – o que é uma realidade hoje, nacionalmente.

Com a Escola, Brasília e o Distrito Federal avançaram, e agora vamos retroagir? Tenho certeza de que o interesse na manutenção desse serviço educacional sobrepõe-se aos interesses do médico, na ponta, embora saibamos que o médico também é importante. A metodologia aplicada pela faculdade dos senhores, pelo pouco que conheço, é muito boa. Temos conhecimento de que tanto enfermeiros quanto médicos frequentam os hospitais, os laboratórios e os consultórios desde o primeiro semestre de aula. Então, a faculdade tem o potencial de multiplicar a capacidade de atendimento da nossa população.


Quero dizer aos senhores que estamos entrando em contato com o Secretário de Saúde. O nosso Secretário de Relações Institucionais e Sociais, Igor Tokarski, vai entrar em contato com o Secretário de Saúde, e espero que, até o final da plenária, possamos trazer uma resposta positiva para todos os nossos alunos de enfermagem e medicina e também para o nosso corpo docente.

Muito obrigado e contem conosco.

**PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO)** – Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Maria Montessori, que estão participando do Projeto Cidadão do Futuro como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Sejam bem-vindos. Que Deus abençoe vocês. Parabéns! Este é o futuro do nosso país. Daqui a alguns dias, com certeza, vários de vocês podem estar aqui neste Parlamento ou até mesmo no Congresso Nacional.

**DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE** – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

**PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO)** – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>		
				<b>Data</b>
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme acordo do Colégio de Líderes, solicito a V.Exa. a inclusão do Projeto de Lei nº 447, de 2015, na pauta da ordem do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nº 243, de 2015, e nº 132, de 2015. Já há acordo com todos os Líderes e com a Presidente da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Parece-me que há um projeto que está sem tramitação concluída, não é? Nenhum dos dois?

DEPUTADO RICARDO VALE – Os dois estão na CCJ. Houve pedido de vista de um.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Deputado, vou consultar a Presidência e a Mesa Diretora sobre essa questão, porque me parece que o acordo que foi feito no Colégio de Líderes é quanto aos projetos que estão com a tramitação concluída, ou seja, que já passaram tanto nas comissões de mérito como na CCJ.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que fizesse a retirada de pauta, por ora, dos itens nºs 162, 164, 165 e 166, de minha autoria, e acrescentasse, na Ordem do Dia de hoje, o item nº 154 e a Moção nº 255, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Quero cumprimentar os estudantes que estão nos visitando, os enfermeiros e também os nossos queridos estudantes da ESCS, da Charanga da Bicuda. Pessoal, é muito bom recebê-los aqui.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		10

Eu só uso a tribuna para expressar a minha profunda preocupação com as interpretações que nós temos dado ao arranjo que nos permitiu construir a ESCS. Quero dizer que nós vamos buscar o diálogo, que nós não aceitamos nenhuma solução que seja proibitiva e que não pense na cidade. Nós vamos conversar com o Secretário de Saúde, vamos conversar com o Ministério Público, vamos apresentar soluções. Não vamos aceitar que o problema dê o tom das nossas ações. Nós vamos resolver esse problema.

Eu quero elogiar vocês que ajudam a construir a ESCS todos os dias. Não é à toa que vocês estão, desde que são avaliados, entre os cinco primeiros do País. Não é à toa. Então, a ESCS é um patrimônio para nós.

Eu me levantei contra esse burburinho logo no início, desde que o Ministério Público fez o pronunciamento. Nós estamos em busca dessa documentação e nós não vamos permitir que a concepção original da ESCS seja adulterada. Não vamos permitir. A ESCS é diferente das demais escolas de saúde, porque a ESCS está preocupada em formar um profissional socialmente consciente, que entenda, sobretudo, as questões de saúde pública. A ESCS não vai se submeter à lógica perversa do mercado, que transforma médicos em simples prestadores de serviço. Não vamos aceitar essa lógica que transforma paciente em um mero consumidor e o enfermeiro em um mero comerciante do seu serviço. A ESCS não aceita isso. É por isso que a ESCS tem professores provenientes dos quadros de servidores públicos da Secretaria de Saúde. Esses servidores conduzem os estudantes num processo pedagógico que permite a esses estudantes analisar e criticar o sistema de saúde. Então, a ESCS é voltada para o SUS e é por isso que ela é diferenciada em relação às outras.


Parabéns aos professores e estudantes, tanto da medicina quanto da enfermagem, que fazem da ESCS um orgulho para a nossa cidade de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero prestar minha solidariedade aos estudantes da Escola de Medicina do Distrito Federal. Eu conheço uma estudante, a Amanda, lá do Setor O, que é filha de uma professora, grande amiga minha, e sei do orgulho que ela tem de estar nessa faculdade.

Segundo, eu quero dizer que o Governo do Distrito Federal precisa entender que recomendação não é decisão judicial. Quando há decisão judicial, você recorre da decisão judicial e derruba. Portanto, o governo não tem de parar um instrumento de formação tão importante, como é a Faculdade de Medicina do Distrito Federal, por causa de uma recomendação do Ministério Público de Contas. Isso não pode! Porque, no dia em que atrasar a formação de vocês, vocês sem o diploma, mais

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

pessoas carentes do Distrito Federal ficarão sem o atendimento de vocês. Por isso é importante que vocês, médicos, enfermeiros, biomédicos, tudo, formem-se e logo, para que vocês possam trabalhar e prestar o serviço de atendimento à população do Distrito Federal. Portanto, vocês têm o meu apoio e a minha solidariedade. Eu vou conversar com o Governador do Distrito Federal para que não aceite essa recomendação.

Sr. Presidente, eu volto aqui a um assunto que eu julgo da mais alta importância. Eu queria, inclusive, falar aos membros da imprensa que estão aqui sobre o Projeto de Lei Complementar nº 35, de 2015, que trata da cobrança de uso de área pública junto a imóveis residenciais. Eu vou falar de dois artigos. Cada dia, em vou falar de um artigo aqui.


“Art. 14. Toda área contígua à unidade imobiliária residencial unifamiliar, a qualquer tempo, pode ser vistoriada pelo Poder Público e, para esse fim, o encarregado da fiscalização terá imediato ingresso no local, mediante apresentação de sua identificação funcional.”

Quem escreveu isso não sabe o que está dizendo. As áreas junto aos imóveis normalmente estão cercadas e integram o espaço onde está a residência do cidadão. Em muitos casos, lá na Ceilândia, no Gama, em Taguatinga, Sobradinho, é apenas uma pequena porção, uns dois ou três metros na frente, na lateral ou nos fundos, que são ocupados e usados como moradia. Como, então, a fiscalização pode chegar lá e entrar sem consentimento do proprietário? Quem escreveu esse texto precisa ler a Constituição Federal, que assegura, nas garantias do cidadão, o seguinte: “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”.

O outro artigo também é absurdo. Diz o art. 23: “É considerado infrator de má-fé aquele que tiver materiais e equipamentos apreendidos mais de uma vez.” Aqui o cidadão não tem direito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Se a fiscalização apreender material ou equipamento mais de uma vez, é má-fé do cidadão. O fiscal que apreendeu não pode errar, só o cidadão. Parece que estamos voltando para os tempos difíceis da Idade Média, quando a voz do Estado era a voz da verdade. Vivemos num Estado Democrático de Direito. A voz do Estado não é a única verdade possível. Lembramos também mais essa garantia constitucional: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

O critério para a fixação de multas também é absurdo. Pela fórmula do art. 16, o valor da multa sempre será maior que o valor do terreno. Se o terreno custa 200 mil, a multa será maior do que isso.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg: que retire imediatamente esse projeto de tramitação nesta Casa, porque ele é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

absurdo. Esse projeto fere a Constituição. Ele não pode prosperar nesta Casa. Quero ver qual é o Deputado que vai ter coragem de votar nessa excrecência. Governador Rollemberg, retire esse projeto, porque ele não serve, ele é ilegal, é imoral e envergonha a população do Distrito Federal!

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade, pela Liderança da Minoria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para dar uma satisfação quanto à posição adotada hoje, no Colégio de Líderes. Alguns Deputados – e aí eu me incluo – abriram uma exceção, pois estamos em obstrução. Estamos em obstrução, mas abriremos uma exceção para votar esse projeto que trata das Olimpíadas, como estamos chamando.

Quero fazer referência à nossa Secretária Leila, carinhosamente chamada de Leila do Vôlei, ao Felipe e à sua assessoria e dizer o seguinte, mais uma vez: estamos fazendo isso, Sr. Presidente, por uma questão de responsabilidade, por reconhecimento a uma causa nobre e, obviamente, por reconhecer a luta da Secretária Leila, pessoa que dedicou sua vida ao esporte. Por tudo isso, pela causa e pela forma como o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, tem tratado todas as causas.

Mais uma vez, Deputado Julio Cesar, a gente chama a atenção para a forma como o governo encaminha os projetos. Dessa forma, vai-se continuar correndo risco. Se esta Casa não tivesse a sensibilidade de reconhecer as consequências danosas que uma votação... Se essa votação não ocorresse, as consequências seriam irreparáveis. O senhor bem sabe disso, Deputado Rodrigo Delmasso.

Nós, Deputados, mesmo da Oposição, em obstrução, vamos abrir mão da obstrução para o bem de Brasília, porque vimos, no pedido da Secretária Leila, sinceridade, respeito e compromisso com Brasília. Agora, o Governo do Distrito Federal tem que ter zelo com um projeto de tamanha magnitude. Não se pode brincar com a nossa cidade.


Imaginem: vinte e um dias sediando as Olimpíadas, e o projeto chega quase se perdendo o prazo. Por uma questão de responsabilidade, de sensibilidade e do compromisso firmado com a senhora, Secretária...

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, primeiro eu queria parabenizar V.Exa., os demais Deputados, todos



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 13

os Líderes, todo mundo que tomou a decisão de votar esse projeto das Olimpíadas. Até porque eu também estou em obstrução, em solidariedade aos servidores públicos. A greve acaba hoje? Estou doído para que a greve acabe, a fim de que eu possa voltar a votar projetos bons do governo aqui, mas, infelizmente, o governo está tendo muita dificuldade nessas negociações com as categorias. Eu também, mesmo em obstrução, vou votar, até porque sou um esportista, sempre pratiquei esporte e sei da importância que o esporte tem no desenvolvimento dos jovens e das crianças. Sei da importância que as Olimpíadas vão ter para este país e, principalmente, para a questão econômica aqui do Distrito Federal. Por exemplo, a gente sabe que o setor hoteleiro vai se beneficiar com isso e os bares também.

Então, não tinha como eu deixar de votar, até porque sou um entusiasta do futebol e o Distrito Federal vai sediar jogos, inclusive, da Seleção Brasileira. A nossa Secretária Leila acabou de falar isso aqui para a gente. É um momento importante.

Lamento, mais uma vez, que as coisas do governo cheguem, como V.Exa. disse, em cima da hora. Mas nós, Deputados, temos que ter responsabilidade com esta cidade e com este país. As Olimpíadas não são do governo, as Olimpíadas não são do Governador, as Olimpíadas são do Brasil, são do povo do Distrito Federal. Portanto, a Câmara Legislativa, em uma demonstração madura... Nós, da Oposição, mesmo estando em obstrução, vamos votar favoravelmente ao projeto e tomara que possamos fazer um excelente trabalho aqui com a Secretaria de Esportes. Enfim, que a gente faça um excelente trabalho, que tenhamos bons jogos, com muita participação popular, com muita gente, e que o Distrito Federal possa lucrar, evidentemente, com esse importante evento.

Fica aqui também a minha alegria por votar um projeto desses, mesmo com todo o atraso que o governo teve em colaborar para que as Olimpíadas aconteçam no nosso país.

Muito obrigado.


DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, sei da responsabilidade de V.Exa. e de todos nós que estamos aqui. Mesmo sendo de Oposição, estamos batalhando para aprovar um projeto do governo.

Eu queria chamar a atenção do governo para um ponto. Há um projeto que está tramitando aqui desde o dia 21 de maio de 2015. Portanto, não há que se dizer que ninguém conhece o projeto, porque ele é do dia 21 de maio de 2015 e faz parte

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 14

desse pacote das Olimpíadas. Esse projeto que vamos votar agora não terá quase nenhuma importância se o outro não for aprovado.

Estou chamando a atenção para isso, a fim de que depois não venham dizer que mandaram um projeto para cá, que ele ficou desde maio aqui, que a Câmara Legislativa não aprovou e que por isso não vai haver essa chave das Olimpíadas no Distrito Federal. Chamo a atenção do governo e da Base do governo. Querem as Olimpíadas aqui? Querem fazer? Vamos fazer bem feito. Dificilmente vai haver Olimpíadas no Distrito Federal, se não houve a aprovação do projeto que trata da remissão de ICMS no Distrito Federal. Já verificamos, e dá algo em torno de 2 milhões de reais. E, aí, jogando claro, a avaliação que se tem de fazer é a compensação que isso trará para o Distrito Federal. É importante termos isso em mente, efetivamente, para sabermos da responsabilidade que a gente tem. Não sei por que o governo não verificou antes e por que não se empenhou na aprovação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço o aparte do Deputado Chico Vigilante. Isso é importante saber.

Concluindo, mais uma vez, parabenizamos a Secretária Leila pelo empenho, e fica aqui o nosso compromisso, Deputado Julio Cesar, nosso Líder de governo. Desde o primeiro momento, firmamos um compromisso com V.Exa., que ligou para cada um dos Deputados. Firmei esse compromisso porque entendemos a necessidade de prestigiar a Capital da República. Como bem disse o Deputado Ricardo Vale, as Olimpíadas são do povo brasileiro, e nós precisamos fazer a nossa parte. Esperamos, porém, que o Governo do Distrito Federal também faça a dele.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.


Antes de conceder a palavra à Deputada Liliane Roriz, acato a solicitação do Deputado Ricardo Vale de inclusão na pauta dos Projetos de Lei nºs 243, de 2015, e 132, de 2015.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu solicito, se for possível, a inclusão, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito a inclusão como item extrapauta do citado projeto de lei.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 15

Indago aos Deputados e aos Líderes se podemos inverter a ordem da sessão para votar esse projeto e depois voltar aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, discordo, e até acho que podemos simplificar as falas, ser bastante sucintos, porque essa rotina diz respeito ao Regimento. Eu sugiro que seja respeitada. Como os Líderes ocupam boa parte do tempo, os Deputados que estão numa posição não tão privilegiada acabam ficando prejudicados.

Então, espero que seja respeitada a lista de inscrição dos Srs. Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar nos Comunicados de Líderes.


DEPUTADO JULIO CESAR (Como Líder do Governo. Sem revisão do orador.) – Até para atender um pedido do Deputado Wasny, vou ser bem breve na minha fala.

Quero dizer que, pela primeira vez na história, o Brasil sediará as Olimpíadas, e a Capital Federal terá um papel importantíssimo na realização desse evento, inicialmente realizando um revezamento da tocha olímpica e a concretização de dez jogos de futebol, sendo sete jogos masculinos e três femininos.

Os jogos são reconhecidos como o maior evento do planeta e acontecerão do dia 4 ao dia 21 de agosto de 2016, aqui no Brasil, oportunidade em que a cidade do Rio de Janeiro espera mais de 10.500 atletas de mais de duzentos países. Os atletas competirão em 42 modalidades, em 306 eventos com medalhas, em 33 instalações esportivas. Para isso, precisamos de leis específicas que estabeleçam normas para a organização e a realização dos Jogos Olímpicos. Hoje, pela manhã, aprovamos na CEOF e, agora à tarde, na CAS, o Projeto de Lei nº 750, de 2015, que estabelece as condições para recebimento de parte dos Jogos Olímpicos Rio 2016 em Brasília. O projeto é de autoria do Poder Executivo e tem por objetivo tornar a Capital do País uma das cinco sedes que receberão jogos de futebol masculino e feminino da competição.

Durante dois anos, fui Secretário de Esporte, o que contribuiu para que eu conhecesse um pouquinho da capacidade do universo esportivo. Não tenho dúvida alguma de que esse evento será um marco para a história do Distrito Federal.

E aqui quero trazer um dado importantíssimo que acaba de sair, a relação de onde acontecerão os jogos e principalmente a estreia. Foi confirmado que Brasília,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 16

no dia 4 de agosto de 2016, sediará o primeiro jogo, e a Seleção Brasileira estará aqui em Brasília. Portanto, é um marco para a nossa Capital Federal.

Quero reconhecer a participação de todos os Deputados desta Casa, da Deputada Sandra Faraj, que é presidente da Comissão de Constituição e Justiça e que, quando pedimos, colocou toda a sua equipe à disposição para analisar esse projeto; do Deputado Wellington; do Deputado Bispo Renato; do Deputado Chico Vigilante; do Deputado Rodrigo Delmasso; da Deputada Telma Rufino; do Deputado Juarezão; da Deputada Liliane Roriz; da Deputada Luzia de Paula; do Deputado Ricardo Vale, enfim, de todos os Deputados da Casa, que entenderam a necessidade.

Realmente, o projeto chegou um pouco em cima do laço, essa é a pura realidade, mas já explicamos no Colégio de Líderes que o COI – Comitê Olímpico Internacional colocou uma imposição com mais de trezentos itens que o Estado teria de cumprir. O esforço da Secretaria de Esportes, aqui na pessoa da nossa Secretária Leila Barros, que trabalhou com a equipe, juntamente com a Bete, reduziu essa obrigação para quase 150 itens. Então, eu tenho a certeza de que será um marco para Brasília.

Ficam aqui nossos agradecimentos a todos os Deputados que hoje estarão votando para que seja um marco para a história de Brasília. Então, agradeço a todos que realmente estão contribuindo para a realização desses jogos aqui em Brasília.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO LIRA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. que inclua na pauta de votação dois projetos de lei de minha autoria, o Projeto de Lei nº 558, de 2015, e o Projeto de Lei nº 687, de 2015, para que sejam votados hoje, que sejam analisados hoje nas comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou pedir à Assessoria Legislativa que dê uma olhada aqui, Deputado Lira. Se V.Exa. puder, venha aqui.


Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é apenas para fazer uma correção.

Na última sessão, o Deputado Julio Cesar fez um aparte a um pronunciamento meu, que foi mal interpretado, quanto ao problema da ARUC –

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 17

Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro. Criou-se uma celeuma muito grande porque passaram a divulgar que o Deputado Julio Cesar estava querendo que a Aruc fosse vendida, coisas dessa natureza. Eu já encontrei, inclusive, V.Exa. e a Deputada Liliane Roriz, todas sambando lá na Aruc, pois é um espaço cultural de muitos anos. O Deputado Chico Leite também é um frequentador, quase todos nós. Eu morei no Cruzeiro Velho ainda na juventude e joguei muito futebol na Aruc, conheço aquela instituição há muitos anos.

Em reunião, levamos a questão para o Governador, e S.Exa. falou: "Olha, ninguém vai mexer na Aruc". É palavra do Governador perante treze Deputados. Estamos precisando, e eu a estou apresentando, Deputado Julio Cesar, até mesmo para virar essa página, de uma minuta do anteprojeto exatamente para regularizar aquela parte da Aruc que ainda não está legalizada. A Via-Sacra de Planaltina e a Aruc são os dois patrimônios imateriais de Brasília, que promovem a cultura.

Portanto, há o compromisso do Governador feito diante de todos nós, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, de que ninguém irá mexer na Aruc. Pelo contrário, nós vamos aproveitar para legalizar uma parte da Aruc que não está legalizada, para não se falar mais, ninguém mais comentar e ninguém mais, nos próximos quinhentos anos, falar em mexer com a Associação Recreativa Unidos do Cruzeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia. V.Exa. é sempre muito ponderado, mas a Deputada Liliane Roriz e eu nunca participamos de nenhum samba na Aruc, apesar de entender a importância da Aruc e do respeito que nós temos.


Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria trazer aqui a minha preocupação, diante do debate ocorrido hoje na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, com a forma como o governo vem tratando essa questão tributária. Essas questões exigem o máximo de transparência. E o que tem me impressionado é que, recentemente, o governo encaminhou vários projetos e alterações de alíquotas, sempre subindo, e agora traz novas medidas que vêm na mesma direção. E um desses projetos foi o projeto da erradicação da pobreza, em que o governo utiliza a alíquota de 2,5 a mais em cada uma das alíquotas que já tinham sido recentemente majoradas para ampliar ainda mais. Ora, o efeito disso é imprevisível! O excesso da carga tributária em alguns produtos tem o efeito inverso.

Então, acho que nós precisamos ter um pouco de atenção. Se o governo fizesse um trabalho de mapeamento sobre o setor produtivo em Brasília e tivesse

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b>	<b>Horário Início</b>	<b>Sessão/Reunião</b>	<b>Página</b>
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		18

uma clareza e medidas mais drásticas em relação ao mapa dos endividados, dos que têm dívidas com a Fazenda Pública, e uma ação mais ostensiva com esse segmento, naturalmente reduziria e, assim, possibilitaria ao Estado ter uma receita mais robusta. Ocorre que a maneira como o governo vem tratando, sem fazer uma avaliação de qual é o gasto que o governo tem com o segmento da pobreza no Distrito Federal, qual é o projeto, o custo desse projeto, e, antes de se ter uma avaliação disso, apresentar alíquotas adicionais ao que está sendo colocado, é um acinte à sociedade.

É o caso, por exemplo, Deputado Raimundo Ribeiro, quando o governo pega a parte de produtos de beleza, perfumaria, cosméticos, isso e aquilo outro, que já teve aumento tributário, e aumenta mais 2,5%. Como ele fez no caso dos refrigerantes para poder criar um recurso adicional para enfrentar. Ora, o governo tem que dizer exatamente qual é a sua pretensão nessa área; e, diante da sua pretensão, qual é o custo que representa, antes de mandar medidas de aumento de receita em função de aumentos de alíquota. Por isso é algo absolutamente pertinente. É a mesma coisa que o governo está fazendo com o caso do IPVA. É a mesma coisa! O governo aumentou as alíquotas e agora quer aumentar a base dos valores venais com o mercado em crise, com a sociedade com renda em queda, em um cenário extremamente desfavorável a esse uso abusivo dos seus instrumentos de aumento de receita, ora alíquota, ora aumento de base de cálculo. Eu estou sabendo que é a mesma política que o governo vai adotar com relação à base dos valores venais dos imóveis no Distrito Federal.

Então, eu gostaria de trazer essa discussão, porque, Deputado Rodrigo Delmasso, o que a gente percebe é que os representantes do governo nesta Casa trazem a demanda muito pontual e esquecem aquilo que já foi votado, achando que a gente é bobo! Acham que a gente não sabe o que votou no passado. É preocupante essa maneira como o governo adota com alguns projetos de lei.

Esse projeto da erradicação da pobreza tem um caráter de Robin Hood, mas, na realidade, ele reforça um aumento nas alíquotas de ICMS. Eu acho, mais uma vez, algo pernicioso para o setor produtivo da nossa cidade.


São essas as considerações. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após um intenso debate com os Líderes aqui na planície, solicito a V.Exa. que seja incluído na Ordem do Dia, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 19

469, de 2015, que é, na realidade, um complemento do Projeto de Lei nº 750, de 2015.

O projeto de lei que peço a V.Exa. que inclua na pauta tem a seguinte ementa: "Suspense a exigibilidade de créditos tributários relativos ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os serviços diretamente relacionados à organização e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e dá outras providências".

Logo após o debate com os Líderes aqui, foi o consenso. Solicito a V.Exa. para incluir como item extrapauta o Projeto de Lei nº 469, de 2015.

Obrigado.


PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acatado. Solicito ao Deputado Rodrigo Delmasso que peça à sua assessoria para providenciar a entrega do projeto também para os outros Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PPL. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para fazer um breve relato das tratativas de regularização do Setor Habitacional Arniqueiras e Bernardo Sayão. Desde fevereiro deste ano, fizemos mais de quinze reuniões com minha equipe técnica e com os gestores da Terracap, Segeth e Ibram para nos colocar à disposição e viabilizar o processo de regularização de Arniqueiras e Bernardo Sayão. Identificamos os gargalos e as exigências de tramitação desse processo e, em parceria com o governo, e cumprindo também o nosso papel de fiscalizador dos atos do Poder Executivo, estamos chegando à reta final desse processo longo e desgastante.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que houve consenso entre a Segeth, Terracap e Ibram, após o nosso aconselhamento, para que o Setor Habitacional Bernardo Sayão fosse desmembrado do processo de Arniqueiras, por se tratar de uma área com menores dificuldades de atuação: situação fundiária, projeto urbanístico, diretrizes urbanísticas e o licenciamento ambiental em estágio avançado. Foi garantido empenho total da presidência do Ibram para a emissão da licença de instalação corretiva e seria apresentada a tempo de ser submetido ao CONAM – Conselho de Meio Ambiente e, em seguida, ao CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial, ainda neste ano. Um dos motivos do desmembramento foi também a urgência na salvaguarda da aplicação dos recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, já empenhados para Bernardo Sayão, que já conta com projetos executivos completos de infraestrutura: pavimentação, drenagem e iluminação pública.

Esse breve relato mostra meu empenho em promover a regularização de todos os setores habitacionais do Distrito Federal para que esta Câmara Legislativa,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 20

na figura da Comissão de Assuntos Fundiários, e este governo sejam conhecidos pela legalidade e respeito ao cidadão.

O que quero dizer é que nós tivemos uma reunião na Terracap. Temos hoje 1 milhão e 30 mil pessoas morando em áreas irregulares e, se o governo – ouviu Sr. Secretário, que está aí, o Sr. Igor – realmente tratasse de trabalhar para regularizar, não estaríamos nessa crise. E aí depende totalmente da Câmara Legislativa para poder votar os projetos... Não estaríamos nessa crise, pagaríamos as dívidas e ainda arrumaríamos mais dívidas para poder terminar as obras e a infraestrutura que precisam ser feitas.

Então, como nós estamos direto fazendo reunião na Comissão de Assuntos Fundiários e, quando se tratar de pedir, não falo nem convocar os secretários, a equipe técnica, peço ao Sr. Secretário que venham, porque só assim teremos o nosso trabalho valorizado e teremos a regularização de Brasília, que é o que precisamos para poder o governo pagar as dívidas que têm e não ficar culpando a Câmara Legislativa por tudo o que acontece lá fora.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)


Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, membros da imprensa e demais assessores aqui presentes, eu gostaria de declarar e quero encaminhar às notas taquigráficas, Deputado Prof. Israel, que hoje foi vinculada na imprensa uma nota que foi apresentada pelo partido do Vice-Governador, o PSD, em resposta à nota do partido do Governador, o PSB. Na nota do Governador – faço isso porque o Deputado Rogério Rosso, Presidente do PSD, me ligou hoje pela manhã, me pediu que fizesse essa deferência e deixasse isso registrado –, nas entrelinhas, o PSB, partido do Governador, estava jogando talvez a responsabilidade da ordem daquele episódio dos professores ao Vice-Governador, o então Renato Santana, que é o Secretário-Geral do partido. E a nota do PSD afirma que o PSD – só quero aqui uma questão de informe – está junto com o governo, mas que essa ordem não partiu do Vice-Governador.

Então, vou encaminhar a esta Casa, às notas taquigráficas, para que conste como lida esta nota do Partido Social Democrático assinada pelo então Deputado Federal, Rogério Rosso.




		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 21

Bem, para dar continuidade ao meu pronunciamento, eu quero aqui, Sr. Presidente, primeiro parabenizar a Secretária Adjunta de Esportes pela belíssima explanação em relação aos Jogos Olímpicos que vão acontecer em 2016. Inclusive, com os projetos que nós vamos aprovar, acredito que vamos cumprir os requisitos mínimos necessários para que Brasília vire a cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Não só dos Jogos Olímpicos, mas também, Deputado Cláudio Abrantes, de um dos jogos que eu acho um dos mais importantes do mundo, que são os Jogos Paralímpicos, porque ali estão as verdadeiras superações das dificuldades, as superações de limites, superações de pessoas nas quais, por muitas vezes, a sociedade deixa de acreditar por causa de uma deficiência e elas provam que, independente da deficiência, podem sim disputar em pé de igualdade os esportes colocados.

E eu quero citar uma atleta, uma tenista que foi diversas vezes campeã brasileira e que, infelizmente – eu queria aqui pedir na realidade o apoio do governo para isso –, parou de treinar por falta de apoio e de patrocínio governamental para as suas ações. A tenista Thalita, campeã brasileira. Tanto nos Jogos Paralímpicos como também nos que não são dos deficientes, ela foi campeã nas duas modalidades. Ela tem um braço amputado. O pai dela a treina na Asbac com recursos próprios e, infelizmente, por uma questão de contenção de recursos, ela acabou perdendo a sua ajuda, o Bolsa Atleta, e ela vai deixar um sonho que estava construindo, que era tentar conseguir o índice para chegar aos Jogos Paralímpicos no tênis. Então, Brasília poderia ter uma atleta a representando nos Jogos Paralímpicos de 2016.

Eu também quero citar que ontem aconteceu algo que eu digo inédito, Deputado Wasny de Roure, que acompanha esse processo há muito tempo, depois de quinze anos, Deputado Bispo Renato Andrade, que foi o autor da lei que cria o Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia. Ontem, eu tive uma reunião com a Secretária Adjunta de Saúde, na qual apresentamos uma doação de um aparelho chamado de Vídeo-EEG. Esse aparelho serve para fazer o diagnóstico dos pacientes com epilepsia, verificando se existe a possibilidade de esses pacientes fazerem ou não a cirurgia. O resultado dessa cirurgia é a cura dos pacientes com epilepsia. Deputado Wasny de Roure, que acompanha esse processo há muito tempo, ontem nós começamos o processo de doação, e creio que, já em 2016, os pacientes com epilepsia já vão ter instalado, no Hospital de Base, o primeiro aparelho público que vai fazer este exame aqui no Distrito Federal. Foi uma doação. Essa doação nasceu no Fórum Nacional da Epilepsia que fizemos no Congresso Nacional e que partiu de um apelo de uma mãe que mora em Ceilândia, que tem um filho de 15 anos com epilepsia e não consegue arrumar recursos para pagar esse exame. Esse apelo feito por esse fórum mobilizou empresários do setor, Deputado Wasny de Roure, que estão comprando esse aparelho e vão fazer a doação para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, o que me deixa comovido, muitas vezes.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Eu quero aqui citar que apresentamos uma emenda parlamentar para a compra de dois aparelhos. Se a Secretaria de Saúde tiver celeridade e conseguir colocar para licitar ainda neste ano, Brasília pode ter não só um, mas três aparelhos desses que, com certeza, irão atender todas as demandas das pessoas com epilepsia.

Aqui, quero pedir a esta Casa, mais uma vez, quero apelar, clamar a esta Casa para que aproveemos o Projeto de Lei nº 42, de 2015 – projeto de lei de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade –, que trata da inclusão de alguns medicamentos, inclusive o canabidiol, na lista de tratamento do Programa de Atendimento à Pessoa com Epilepsia. Peço que esta Casa aprove porque, com a crise econômica em que vivemos, subiu três vezes o custo de importação do canabidiol e, infelizmente, uma família de baixa renda não consegue fazer essa aquisição.

Recentemente, o Tribunal de Justiça mandou a Secretaria de Saúde comprar, importar esse medicamento dos Estados Unidos para uma família aqui do Distrito Federal. Se existe uma determinação judicial, eu acredito que esta Casa tem de dar essa resposta à comunidade do Distrito Federal, principalmente aos pacientes com epilepsia e também aos com Alzheimer, porque o canabidiol, Deputado Cláudio Abrantes, é usado nos dois tipos de tratamento, e nos tratamentos alternativos.

Quero deixar bem claro que a liberação do canabidiol não é a legalização da maconha.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão da Moção nº 256 na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acatado.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa)

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 23

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer. O Deputado Rodrigo Delmasso trouxe a informação de que uma nota emitida pelo presidente do PSB de Brasília, Fúcio, dizia, imputava ao PSD, na pessoa do Vice-Governador Renato Santana, a responsabilidade por acionar a Polícia Militar no episódio com os professores. Estive agora em contato com o presidente Fúcio por telefone e o mesmo afirmou que, na nota que ele emitiu, não houve nenhuma afirmação nesse sentido. Muito pelo contrário, só esclarecia que, no momento do ocorrido, o nosso Governador Rodrigo Rollemberg estava em trânsito, em viagem, em voo, e o Vice-Governador Renato Santana estava em exercício, mas também não deu essa ordem. O Comandante-Geral da Polícia Militar, Coronel César, já assumiu publicamente que a decisão pela ação foi de responsabilidade dele, que tomou a atitude da ação. Só quero reforçar, mais uma vez, que não vi, em momento algum, qualquer tipo de excesso por parte da Polícia Militar, mas sim um exemplo de atuação técnica da nossa Polícia Militar.


Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria apenas de fazer um registro, Deputado Raimundo Ribeiro, que preside esta sessão, e demais Deputados. Eu recebi a diretoria do Lions Clube de Taguatinga, que eu conheço há bastante tempo.

Nós, que chegamos a Brasília há mais de quarenta anos, sabemos que muitas instituições, a exemplo da discussão que fiz hoje sobre a Aruc, são fundamentais, fazem parte da cultura da nossa cidade. Muitas delas estão sendo muito atacadas no aspecto de especulação imobiliária. Esses espaços que antes foram cuidados, que se criaram e fazem parte da cultura da cidade, como é o caso do Lions Clube de Taguatinga, estão sofrendo um assédio muito grande. O pessoal está querendo comercializar essas áreas, Deputado Raimundo Ribeiro, o que não é justo. Essas instituições têm uma história com a cidade. De uma hora para outra, as pessoas começam a ver esses espaços físicos como uma especulação imobiliária. Um potencial que antes não tinha valor, principalmente no início da década de sessenta, hoje são espaços que custam milhões de reais. Não é justo! Estou fazendo essa defesa porque não é justo. Uma instituição filantrópica, que cumpre atividades sociais e tem uma importância muito grande dentro da cidade de Taguatinga, está sofrendo esse assédio no sentido de que sua área seja vendida para que se construam entidades comerciais privadas.

Eu quero fazer essa defesa, esse registro. Quando a Câmara itinerante estiver em Taguatinga, eu vou fazer esse pronunciamento lá, na presença dos demais membros do Lions Clube de Taguatinga. Sr. Presidente, V.Exa., a exemplo do Deputado Bispo Renato Andrade e de muitos outros Deputados, conhece a história

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página	
10   11   2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA		24	

da instituição da qual estou aqui fazendo uma defesa para que seja preservada. Ao mesmo tempo, estou apresentando uma indicação com um anteprojeto, para que seja regularizada aquela área que cumpre uma função social muito importante.

Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.


PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede Sustentabilidade. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria presente, em especial os alunos da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS, eu sei que esse assunto já foi falado muitas vezes hoje nesta sessão, mas eu não poderia deixar de manifestar meu posicionamento, assim como o posicionamento da Rede Sustentabilidade, acerca do tema do que está acontecendo na Escola Superior de Ciências da Saúde.

Hoje, essa escola, com um método inovador, está entre as melhores faculdades de medicina do País, simplesmente absorvendo o que há de melhor no serviço público, e por todas as qualidades que os professores têm porque praticam efetivamente a medicina na rede. Defender a ESCS aqui não é só defender esse patrimônio no Distrito Federal, mas é defender a base que nós pensamos para uma universidade pública do Distrito Federal, algo que não temos ainda. A faculdade de medicina, que em tão pouco tempo conseguiu superar cursos tradicionais do Distrito Federal, vai contra uma lógica do ensino superior do Brasil, que é uma lógica voltada para o mercado, de uma formação voltada simplesmente para o ganho financeiro de grandes grupos e, principalmente, que não trata da formação do profissional voltada para o atendimento ao público.

Esta é uma característica marcante da ESCS ao longo da sua história: todos os alunos, desde o início, já têm o conhecimento e a vivência na rede de saúde do Distrito Federal, principalmente conhecendo os problemas e contribuindo para a solução. Se hoje temos uma saúde no Distrito Federal que já é precária, imaginem se não houvesse a ESCS. Seria muito mais complicado, Sras. e Srs. Deputados.

Ao contrário do que se diz, que um professor da ESCS está desviado de função, eu reputo que ele está cumprindo a mais alta missão na formação de novos médicos, que tenham um olhar sobre a sociedade e, principalmente, sobre o povo mais carente. Em hipótese alguma esta Casa pode permitir que esse patrimônio do Distrito Federal seja fechado, debilitado ou que não tenha o apoio necessário para continuar funcionando. Que ele seja o embrião de algo muito maior que nós esperamos para o Distrito Federal: uma universidade pública que atenda todo o Distrito Federal, e também com outros cursos. A experiência do curso de medicina já deu frutos no curso de enfermagem, o qual atinge índices extremamente favoráveis em sua avaliação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 25

Hoje, Sr. Presidente, o Distrito Federal passa vergonha quando se fala de ensino público superior. Quando eu digo isso, não é uma crítica ao governo a, b ou c, é uma crítica ao Distrito Federal, ao governo como Estado, que nunca se preocupou com uma política pública de ensino superior. Basta dizer que, vejam bem, em todos os estados da Região Nordeste, que é tida como uma das mais pobres, há uma universidade estadual. Em alguns deles, há mais de uma. No Brasil inteiro, pouquíssimos estados deixam de investir recursos públicos no ensino superior. Pouquíssimos! Eu destacaria, Deputado Lira, o Acre e, se não me engano, Rondônia. Os restantes, todos têm investimento.


Aqui no Distrito Federal nós temos um investimento pequeno concentrado no ensino superior da área de saúde. Imaginar que esse recurso pode ser diminuído ou pode haver até algum retrocesso é algo extremamente lamentável, que não pode acontecer. Para se ter uma ideia do prejuízo que isso causa no Distrito Federal, Deputado Rafael Prudente, a média nacional de vagas do ensino público é de 26%. Os 74% restantes são do mercado, de instituições privadas. Nós tivemos o cuidado de fazer esse levantamento: 26% é a média nacional de investimento em vagas de ensino público. O Distrito Federal é um dos piores do Brasil: apenas 16% são vagas de ensino público e 84% de ensino privado. É a lógica do mercado que impera no Distrito Federal há décadas.

A Escola Superior de Ciências da Saúde é a resistência a essa lógica de mercado. Então, nós queremos aqui manifestar o nosso apoio a isso. Já pedi licença aos Deputados da Rede – Deputado Chico Leite e Deputada Luzia de Paula – para manifestar o nosso apoio e solidariedade à ESCS. (Palmas.)

Além disso, quero convidá-los para o lançamento de uma frente parlamentar. Nós vamos marcar com os Deputados e convidar um representante ou dois da Escola de Medicina. Deputado Wasny de Roure, V.Exa. milita nessa causa há muito tempo. Na Frente Parlamentar da Universidade Pública do Distrito Federal, nós iremos debater o assunto. O lançamento da frente será justamente com a palestra daquele que foi um dos grandes impulsionadores da ESCS, o Professor Murad, que por muito tempo esteve com vocês lá. Ele vai dar uma palestra na abertura dessa frente, que vai lutar por políticas públicas.

Em 2013, foi criada a FUNAB – Fundação Universidade Aberta de Brasília, que é presidida, inclusive, Deputado Wasny de Roure, pelo próprio Murad. O objetivo dessa fundação é criar uma universidade pública nos moldes da ESCS, uma universidade que ouse e que traga um método inovador, que use o que há de melhor no serviço público, Deputado Chico Leite, com mestres, doutores e pessoas que conhecem a realidade da sociedade, do povo do Distrito Federal.

Quero deixar aqui a nossa solidariedade, o nosso posicionamento pró Escola de Medicina e de Enfermagem, a ESCS – Escola Superior de Ciências da Saúde. Em breve, informaremos a todos os Deputados, porque essa não é uma causa de um

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 26

Deputado ou de um partido. Uma universidade pública para o Distrito Federal deve ser uma causa de todos nós, porque gerar conhecimento é o que vai fazer o Distrito Federal e o Brasil saírem dessa crise.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria cumprimentar o Deputado Cláudio Abrantes, que, de maneira bastante oportuna, traz esse tema da nossa Escola de Saúde.

É incrível, Sr. Presidente, o que está ocorrendo com uma escola que tem obtido resultados tão dignificantes para o Distrito Federal. O que vemos é que o governo, no lugar de absorver isso e dar mais apoio, mais suporte, mais reconhecimento público, parece penalizar os que obtêm os melhores resultados.

O Deputado Cláudio Abrantes é um Deputado bastante preparado. A Rede está na Base de apoio do Governo Rodrigo Rollemberg. Isso pode ajudar a reverter esse quadro de uma instituição que deveria ter mais apoio da nossa parte. Não digo que apenas o Governador deve apoiar. A nossa Casa como um todo deve apoiar essa instituição pelos excelentes resultados que vem obtendo. Essa é uma instituição viva, composta não apenas de estudantes, mas também de um conjunto de servidores e de professores. Tanto o corpo discente como o docente qualificam a instituição a ser tão bem avaliada pelas instituições federais no que diz respeito à área de ensino universitário.

Portanto, Deputado Cláudio Abrantes, parabéns! Contém conosco, também, os estudantes e o corpo docente da Escola de Ciências da Saúde do Distrito Federal.


PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Agradeço a V.Exa., Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Antes de passar o aparte ao Deputado Robério Negreiros, apenas quero informar que já está circulando aqui no plenário uma indicação, que nós estamos colocando como de todo o Plenário da Câmara Legislativa, no sentido de que a Secretaria de Saúde não acate – inobstante o respeito que tenho pelo Ministério Público – a recomendação daquele órgão de que faça retornar os profissionais para a Secretaria de Saúde.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, eu pedi vista do Projeto de Lei nº 132, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que regulamenta a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 27

participação popular como uma questão de consulta popular em relação a um item da Lei Orgânica do Distrito Federal. Já com parecer favorável do Deputado Chico Leite e com o apelo do Deputado Ricardo Vale, eu gostaria de entregar o Projeto de Lei nº 132, de 2015, sem nenhuma observação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito, Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pelo pronunciamento que fez. Quero me somar a S.Exa. no discurso que fez em defesa da Universidade do Distrito Federal, assim como ao Deputado Wasny de Roure.

Estávamos comentando há pouco aqui que nós votamos hoje, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um projeto que estabelece um aumento de ICMS para o Fundo de Erradicação da Pobreza. Podemos fazer um trabalho, Deputada, porque esse fundo, em torno de 25 milhões de reais, está sendo utilizado no custeio da máquina pública, e não no que deveria ser utilizado, a capacitação profissional, principalmente dos jovens e daquelas pessoas que hoje não conseguem buscar uma oportunidade de trabalho por falta de gabarito.

Então, quero fazer a sugestão de trabalharmos num projeto de lei ou num projeto de lei complementar que permita a utilização de um pedaço desses recursos de aumento de tributos para garantirmos, no Orçamento do Governo do Distrito Federal, a construção da universidade pública do Distrito Federal. Somando-me ao Deputado Cláudio Abrantes, parabenizo-o pelo discurso.


DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a V.Exa. que sejam encaminhadas as votações, até porque alguns Deputados precisam se retirar. Precisamos, assim, acelerar. Então, eu pediria a compreensão para seja iniciado o processo de votação dos projetos que estão na Casa, principalmente o Projeto de Lei nº 750 e os projetos de Deputados. Isso foi o combinado na semana passada: que hoje nós votaríamos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   11   2015		16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na Ordem de Dia, como item extrapauta, do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Já está na pauta, Deputado Rodrigo Delmasso.

Em acatamento à proposta do Deputado Julio Cesar, eu gostaria de informar que ainda estão inscritos para falar, se desejarem, alguns Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)


Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de falar, até porque acabei de receber aqui o Decreto nº 36.866, que foi publicado no Diário Oficial de hoje. Esse decreto aumenta o valor do ingresso para a visitação do Jardim Botânico de Brasília de dois reais para cinco reais, um aumento de 150%. O governo já aumentou o preço do ingresso no Zoológico, o preço da refeição nos restaurantes comunitários, que era de um real e passou para três reais. Hoje aumentou o preço do ingresso para visitar o Jardim Botânico e já aumentou o preço das passagens.

O que se vê é que, após os aumentos, como no caso da refeição nos restaurantes comunitários, a movimentação caiu em quase 70%. Setenta por cento das pessoas pararam de comer no restaurante comunitário porque o preço foi para três reais. As primeiras informações que chegam sobre o Jardim Zoológico foram de que o movimento caiu 50%. E provavelmente, no Jardim Botânico, que teve um aumento de dois reais para cinco reais, o que corresponde a 150%, também vai cair o movimento.

Então, nessa política, nessa ânsia de arrecadar dinheiro, parece-me que o governo não está planejando direito e vai perder receita, porque, à medida que ele sobe os preços, diminui a quantidade de pessoas nesses locais. Portanto, o governo, na minha avaliação, está errando. Ele poderia, em vez de aumentar o preço do restaurante comunitário, o preço do Zoológico e o preço do Jardim Botânico, fazer uma política de incentivo chamando as comunidades mais carentes e colocando ônibus mais barato aos sábados e domingos para as pessoas irem mais e o governo, com isso, arrecadar mais. Ele está é diminuindo a sua receita. Tanto é que, hoje ou



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 29

ontem, eu li nos jornais que o governo já pensa em voltar o preço do restaurante comunitário para um real, porque simplesmente o restaurante esvaziou e o prejuízo dos empresários é enorme.

O governo autorizou a publicação de edital para as PPPs no próprio Zoológico, no Parque da Cidade, no Centro de Convenções, no Parque Granja do Torto, na Torre de TV, na Torre de TV Digital e na Transbrásilia, aquela estrada de Samambaia. O governo tem a intenção de negociar com empresas privadas o estádio, o autódromo, o Ginásio Nilson Nelson. Aí eu fico me perguntando: se o governo não planejar essas coisas direito, se não fizer um processo transparente, ele poderá dar um tiro no pé e a nossa população mais humilde, a população mais carente desta cidade ficará completamente de fora desses espaços públicos, que são históricos em nossa cidade. Uma família humilde brasiliense já tem dificuldades em ir à Torre de TV, subir naquele elevador e ver a cidade, mesmo sendo pública a Torre de TV. Imaginem o que poderá acontecer quando o governo fizer uma parceria com uma empresa privada. O ingresso será totalmente inacessível. Não só lá, mas no Nilson Nelson, no estádio, enfim, em todos esses locais que o governo está propondo. Não sou contra as parcerias público-privadas, desde que elas não prejudiquem a nossa população, principalmente a população mais humilde e mais carente desta cidade.


Portanto, os primeiros gestos do governo no sentido de aumentar tarifas para arrecadar mais receitas estão fazendo o contrário: ele está diminuindo suas receitas. E o que me preocupa é, daqui a pouco, ele tirar totalmente o direito das nossas comunidades, principalmente as comunidades das cidades satélites, que são as mais carentes, de utilizar esses espaços. Fica aqui a minha preocupação.

Espero que nós Deputados – está aqui o Líder do Governo, Deputado Julio Cesar – possamos dialogar melhor com o governo e que o governo explique melhor o que ele quer de fato, porque não adianta sair, nessa ânsia de arrecadar dinheiro, fazendo parcerias que vão prejudicar a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO)** – Deputado Ricardo Vale, eu gostaria apenas de manifestar que compartilho do mesmo entendimento de V.Exa. com relação ao que V.Exa. disse. Eu não sei se V.Exa. teve oportunidade de ver. Eu ainda não fui ao Jardim Zoológico depois desse aumento do ingresso, mas eu tive o privilégio de ler um artigo escrito pelo competente jornalista Renato Viela em que ele fala de um zoológico vazio aos domingos. Ele escreve muito bem e mostra claramente que até mesmo a diversão daquelas pessoas que são economicamente mais carentes está sendo obstada. Qual é o ganho que se tem com esse tipo de reajuste?

A mesma coisa eu quero dizer com relação ao restaurante comunitário. Esse restaurante comunitário não foi feito para dar lucro. Esse restaurante comunitário foi

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10   11   2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	30		

feito dentro de um projeto que levou em conta o princípio da solidariedade, que a sociedade deve ter, para que pudesse realmente alimentar, no seu aspecto literal, as pessoas que necessitam. Então, um reajuste se torna, na verdade, inconveniente.

Estão inscritos o Deputado Lira e a Deputada Telma Rufino. Deputada Telma Rufino já fez uso da palavra. Não sei se gostaria de usar novamente. (Pausa.) Vamos votar, não é? O Deputado Lira, se desejar, tem a faculdade de falar. (Pausa.) Abre mão também.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de pedir que nós começássemos a votação do Projeto de Lei nº 1.750, de 2015, do Poder Executivo, devido ao horário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Projeto de Lei nº 750?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sim, o do Comitê Olímpico.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O do Comitê Olímpico.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – É o de nº 750, se não me engano.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item extrapauta, não é?

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Isso. É porque tem que se fazer um relatório da CCJ e talvez percamos o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 750, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre medidas relativas aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no âmbito do Distrito Federal”.


DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que a votação desse item seja nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicitação acatada.

Consulta os Líderes se há acordo para superar o sobrestamento dos itens nºs 1 a 142, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 31

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nosso bloco está de acordo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – O Bloco Parlamentar Democrático e Trabalhista está de acordo. O Deputado Agaciel Maia também está de acordo. O Partido Rede Sustentabilidade também. O Deputado Chico Vigilante está de acordo também. O Deputado Rodrigo Delmasso também. O Deputado Prof. Israel também. A Deputada Sandra Faraj está de acordo. Então, há acordo.

Aprovados os pareceres favoráveis da CAS e CEOF. Foram apresentadas doze emendas na CCJ. A CAS e a CEOF deverão se manifestar sobre as emendas; e a CCJ, sobre o projeto e as emendas.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas.

Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter acesso a essas emendas de plenário, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Pois não. As emendas estão *on line*, mas o Deputado pode vê-las aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um encaminhamento, para que V.Exa. decida em relação a todas as emendas. Eu gostaria que todas essas emendas ao projeto fossem lidas em plenário.


PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. Então, a Deputada Luzia de Paula, ao apresentar o voto, fará a leitura de todas as emendas. Aliás, poderia fazer antes, por gentileza. Podemos também pedir ao secretário que a faça. Acho melhor para os nossos ouvidos que seja a Deputada Luzia de Paula, mas ela prefere o secretário.

Eu prefiro ouvir a sua voz, Deputada Luzia de Paula, mas o Plenário é soberano.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (Rede Sustentabilidade. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, sem som, fica difícil de se expressar. Sugiro que o nosso secretário faça a leitura. A voz do nobre Deputado Bispo Renato Andrade é mais possante, além também do rito que devemos seguir nesta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 32

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço à V.Exa. que determine a distribuição da cópia das emendas que estão sendo apresentadas agora, porque não temos conhecimento delas. Eu quero vê-las.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Ok. Pergunto ao Plenário se há concordância em suspender a sessão por cinco minutos, para que dê tempo de distribuímos cópia das emendas a todos os Parlamentares. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, talvez pudéssemos passar ao próximo item, que é o Projeto nº 469.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Evitaríamos, então, a suspensão?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Há concordância de todo o Plenário? (Pausa.)

Passaremos ao próximo item. Antes, porém, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.


DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, até porque vamos entrar em processo de votação e isso vai tomar algum tempo. Quero falar sobre essa população, essa comunidade que está aqui, que veio lá do Condomínio Bougainville.

Hoje houve uma ação da Agefis no Condomínio Bougainville, um condomínio que, se não me engano, tem sessenta casas. A Agefis esteve lá e demoliu, se não me engano também, quatro casas. Pedi a minha assessoria para verificar. É um condomínio antigo, e a Agefis não notificou ninguém de que estava em área irregular nem de que iriam fazer essa ação hoje.

Então, mais uma vez, a Agência de Fiscalização age de forma truculenta, sem diálogo, indo até lá, derrubando quatro casas e se comprometendo a voltar muito em breve, talvez amanhã, para continuar essa ação.

Precisamos pedir ao Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, e aos demais Deputados que possamos abrir um diálogo com a Agefis. Primeiro, para que ela pare aquela ação, para vermos qual é a realidade daquela área e como está a situação daquelas famílias. Mesmo que elas tenham de sair de lá, o Estado precisa dizer como vai ficar a situação. Não se pode chegar, demolir as casas e jogar as pessoas nas ruas. É preciso ter um pouco mais de calma. Fica aqui a minha solidariedade.

A minha assessoria esteve lá conversando com o síndico Elienai, e espero que a Agefis tenha um pouquinho mais de calma, para a gente abrir o debate e ver como pode ajudar a resolver essa situação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 33

Fica aqui, como Deputado e como membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a minha solidariedade a essas famílias. Quero dizer que o nosso gabinete e esta Casa estão à disposição para ajudar a intermediar uma solução para essas famílias junto ao governo.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. e aos demais Parlamentares que hoje à tarde estive lá no Condomínio Bougainville e pude constatar *in loco* a situação das famílias que moram na região. As quatro casas que foram demolidas eram de alvenaria. Já entrei em contato com a Codhab, com a Segeth e também com a própria Agefis, para ver toda a situação dos moradores que lá moram há mais de cinco anos. Uma coisa que não dá para entender, Srs. Deputados, é que, para as invasões novas que estão ocorrendo neste exato momento, no DF, não existe um trabalho de prevenção. A Agefis vai agir justamente em lugares já consolidados, como é o caso do Bougainville. Há gente que mora lá há mais de cinco, dez anos. É preciso que haja critérios nas remoções. E também não há a presença de uma assistente social, de alguém que possa ver a situação das famílias que foram tiradas de dentro de casa e ficaram ao relento. Tenho fotos aqui. Tirei fotos com o meu celular e constatei que os móveis desses moradores estão simplesmente jogados próximo aos entulhos. Isso é muito triste, é triste ver essa situação, de modo que não vou, como Parlamentar, concordar com esse tipo de coisa. Só quero entender quais são os critérios que a Agefis utiliza para demolir a casa das pessoas. A meu ver, ela deveria trabalhar de maneira preventiva, não deixando que o loteamento acontecesse. Mas, uma vez que deixou, que o governo inclusive colocou luz elétrica no setor – a CEB colocou todo o posteamento... No entanto, a própria Agefis foi lá e derrubou mais de cinco postes da CEB. É um prejuízo, um desperdício do dinheiro público. São coisas que não dá para entender. Como Parlamentar, estive lá a pedido dos moradores e realmente é lamentável o que aconteceu hoje no Bougainville, próximo ao Arapoanga. Que a Agefis possa agir de maneira preventiva e não deixar o condomínio se consolidar, para depois ter o prazer de demolir a casa das pessoas.

Deputado Bispo Renato Andrade, é muito triste ver a situação de quem realmente perdeu tudo, ficou ao relento. Isso não pode acontecer. Esta Casa tem que procurar saber qual é o papel da Agefis e tomar providências urgentes, para que isso não mais aconteça nem lá nem em lugar nenhum do DF.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 34

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero tratar de dois pontos. Eu gostaria de pedir que a votação do próximo projeto seja nominal e também quero me solidarizar com os moradores do Condomínio Bougainville.

Mais uma vez, a população do Distrito Federal, principalmente a população carente, sofre com a ação da Agência de Fiscalização do Distrito Federal. Acredito que o melhor caminho não é derrubar casas, mas regularizá-las e efetuar uma política pública de habitação séria. Se o Estado tivesse atendido essas pessoas, com uma política habitacional de interesse social, com certeza, não existiriam invasões no Distrito Federal.

Quero aqui não só prestar a minha solidariedade, mas dizer que repudio com veemência qualquer tipo de derrubada de casas, porque ali, na realidade, o lar é inviolável, e tenho certeza de que foi o sonho de cada um de vocês.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PRTB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a AGEFIS — Agência de Fiscalização está derrubando casas lá no Condomínio Bougainville. Na região de Brazlândia, estão invadindo, de dois dias para cá, na Chapadinha, toda a área rural, e a Agefis já foi comunicada e nunca foi lá para prevenir. Eu acho que a Agefis tem que ir à região de Brazlândia, porque a invasão está muito grande, e eles não tomaram providências até hoje.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.


PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero fazer uma solicitação verbal aos representantes do Governo do Distrito Federal. Eu peço um minuto de atenção dos colegas que fazem o acompanhamento da assessoria do governo para saber se o governo entrou com a solicitação de remanejamento de eventuais sobras do Fundo Constitucional deste ano para que possam ser utilizadas para o Distrito Federal deixar de perdê-las, como tem ocorrido ao longo dos anos. Eu gostaria que o Governo do Distrito Federal nos desse a informação de quando foi feito e de quanto foi a solicitação.

É esse o meu pedido de informação, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Wasny de Roure.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 35

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria somente de dar uma boa notícia aos usuários do canabidiol no País, porque a Justiça Federal acabou de liberar essa substância e determinou que a ANVISA — Agência Nacional de Vigilância Sanitária a inclua na lista de medicamentos para serem prescritos. A 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal acaba de liberar o canabidiol e o THC - Tetraidrocarbinol como substâncias que podem ser prescritas pelos médicos em todo o País. Essa é uma vitória, principalmente aos pacientes com epilepsia, aos pacientes com doenças neurológicas e também aos pacientes com Alzheimer. Essa é uma grande vitória.

Repito que, nesta Casa, existe um projeto de lei que inclui na lista de medicamentos a serem fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal aos pacientes de baixa renda tanto o canabidiol quanto o THC.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência sugere aos Parlamentares que, até o projeto estar pronto para votarmos, iniciemos a votação dos projetos de Parlamentares. Há acordo para isso? O acordo era votarmos o projeto das Olimpíadas primeiro e depois os de Parlamentares. Enquanto encaminhamos o acordo, começaremos a votar os projetos de Parlamentares.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço que, se possível – e eu sei da problemática que representa –, que a Mesa forneça para nós cópia dos projetos que serão votados. E eu sei da dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Srs. Deputados, essa é uma dinâmica muito difícil, e todos os projetos hoje estão no *site*.


DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Estão no Legis?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Estão no Legis.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado, eu não vou me comprometer porque é muito complicado.

Item nº 144:

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
10	11	2015	16h10min	101ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				36	

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "torna obrigatória a informação no boleto de pagamento do IPVA da alíquota adotada para cálculo e o valor atribuído ao veículo no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 146:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.560, de 2013, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o evento denominado Carnaval Fora de Época".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 147:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)


Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 37

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 148:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "proíbe, no âmbito do Distrito Federal, inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam".

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, há uma emenda, apresentada em primeiro turno, que inclui nesse projeto o § 1º, a pedido do governo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, Deputada Telma Rufino, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, designo o Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.


DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria incluir, entre os projetos, o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, de minha autoria. Eu conversei com o Deputado Chico Leite, Relator da matéria na CCJ, que concordou em dar o parecer aqui em plenário. Portanto, eu gostaria que V.Exa. acatasse essa solicitação e incluísse o Projeto de Lei nº 1.525, de 2013, na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Agaciel Maia, eu solicito a V.Exa. que verifique se o projeto físico se encontra aqui na assessoria. Caso não se encontre, peço o encaminhamento do projeto, senão não há condições de votá-lo.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 49, de 2015.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários é pelo acolhimento da Emenda Aditiva nº 01, de Plenário, ao Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso.

É assim que nos manifestamos, Sra. Presidente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 38

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda ao Projeto de Lei nº 49, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Solicito à Presidente da CCJ, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda Aditiva nº 01, de 2015, de Plenário, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “proíbe, no âmbito do Distrito Federal, inaugurações e entregas de obras públicas incompletas ou que, ainda que concluídas, não estejam em atendimento ao fim a que se destinam”.

Fica a seguinte redação: “...disposto no *caput* das normas contidas no art. 73, da Lei nº 8.663, de 1993”.

Portanto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação, pelo acatamento da Emenda Aditiva nº 01, de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.


Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 49, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 39

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 145:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 254, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a revogação da Lei nº 4.546, de 02 de março de 2011”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Item nº 149:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.508, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de o Governo do Distrito Federal disponibilizar na rede mundial de computadores e no Diário Oficial a demanda reprimida da saúde”.

Em discussão. (Pausa.)

Deputado Cláudio Abrantes, quero parabenizar V.Exa. porque a disponibilização desses dados na internet vão dar a transparência necessária que o usuário da rede pública de saúde precisa para saber sobre a fila das cirurgias e de consultas. Então, parabenizo V.Exa. pelo projeto.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.


Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 151:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 95, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “dispõe sobre a inclusão do ensino

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		<b>NOTAS TAQUIGRÁFICAS</b>	
		<b>Data</b> 10   11   2015	<b>Horário Início</b> 16h10min	<b>Sessão/Reunião</b> 101ª SESSÃO ORDINÁRIA	<b>Página</b> 40

da música no componente curricular na educação básica das escolas públicas e privadas do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para apreciarmos os requerimentos e moções em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, passamos à apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 152:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 254, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Tenente Coronel Evaldo Vieira pelos relevantes serviços prestados à sociedade, através da Polícia Militar do Distrito Federal”.

Item nº 153:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.202, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para discutir a iminente reestruturação da Subsecretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.

Item nº 154:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “requer a realização de audiência pública no dia 13 de novembro de 2015, às 19 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater o lançamento do 1º Fórum em Defesa da Liberdade das Religiões de Matrizes Africanas, Afro-Brasileiras e Ameríndias (FDL)”.

Item nº 155:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.207, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, para discutir a iminente reestruturação da Subsecretaria de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal”.